

FACULDADES EST
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO PROFISSIONAL EM TEOLOGIA

JOSE WELBER VIEIRA BEZERRA

**A INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS POR MEIO DA
PRÁTICA DE FUTSAL NA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS
EXCEPCIONAIS - APAE DE IGUATU-CE**

São Leopoldo

2019

JOSE WELBER VIEIRA BEZERRA

**A INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS POR MEIO DA
PRÁTICA DE FUTSAL NA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS
EXCEPCIONAIS - APAE DE IGUATU-CE**

Trabalho Final de
Mestrado Profissional
Para a obtenção do grau de
Mestre em Teologia
Faculdades EST
Programa de Pós-Graduação
Mestrado Profissional em Teologia
Área de Concentração: Religião e
Educação
Linha de Atuação: Educação Comunitária
com Infância e Juventude

Orientadora: Laude Erandi Brandenburg

São Leopoldo

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B574i Bezerra, José Welber Vieira

A inclusão social de pessoas com deficiências por meio da prática de futsal na associação de pais e amigos dos excepcionais - APAE de Iguatu-CE / José Welber Vieira Bezerra; orientadora Laude Erandi Brandenburg. – São Leopoldo : EST/PPG, 2019.

93 p. : il. ; 31 cm.

Dissertação (Mestrado) – Faculdades EST. Programa de Pós-Graduação. Mestrado em Teologia. São Leopoldo. 2019.

1. Pessoas com deficiência. 2. Integração social. 3. Futsal. 4. Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais. I. Brandenburg, Laude Erandi. II. Título.

Ficha elaborada pela Biblioteca da EST

JOSE WELBER VIEIRA BEZERRA

**A INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS POR MEIO DA
PRÁTICA DE FUTSAL NA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS
EXCEPCIONAIS - APAE DE IGUATU-CE**

Trabalho Final de
Mestrado Profissional
Para a obtenção do grau de
Mestre em Teologia
Faculdades EST
Programa de Pós-Graduação em Teologia
Área de Concentração: Religião e
Educação
Linha de Atuação: Educação Comunitária
com Infância e Juventude

Data de Aprovação: 27 de maio de 2019

Laude Erandi Brandenburg – Doutora em Teologia – Faculdades EST

Rodolfo Gaede Neto – Doutor em Teologia – Faculdades EST

Glauber Carvalho Nobre – Doutor em Ciências do Movimento Humano – UFRGS

*À minha esposa Cleide pelo apoio incondicional em todos os momentos, principalmente nos de incerteza, muito comuns para quem tenta trilhar novos caminhos.
Sem você nenhuma conquista valeria a pena.*

AGRADECIMENTOS

A presente dissertação de mestrado não poderia chegar a bom porto sem o precioso apoio de várias pessoas.

Em primeiro lugar, não posso deixar de agradecer a minha orientadora, Professora Doutora Laude Erandi Brandenburg, por toda a paciência, empenho e sentido prático com que sempre me orientou neste trabalho. Muito obrigada por me ter corrigido quando necessário sem nunca me desmotivar.

Desejo igualmente agradecer a todos os meus colegas do Mestrado Profissional em Teologia, da Linha de Atuação em Educação, especialmente ao Pe. Ivan Alquimim, Wagner Faria, Cibele e Januza, e também aos conterrâneos Augusto e Danilo, cujo apoio e amizade estiveram presentes em todos os momentos.

Agradeço ao quadro de Professores da EST, que foram sempre muito atenciosos e prestativos, e em especial à Professora Gisela Streck pela sua forma sempre carinhosa e ao Professor Iuri Andréas Reblin que, sem me conhecer, me ajudou a ultrapassar um grande obstáculo.

Agradeço também aos professores Glauber Carvalho Nobre e Lúcio José de Oliveira, dois companheiros de Instituição, pelas contribuições muito expressivas e presteza com que dispensaram parte de seus tempos em auxílio a este trabalho.

Também agradecer de forma muito especial a Grupo Gestor da APAE de Iguatu, nas pessoas da sua Diretora Geral Iêda Couras, e do Professor de Educação Física Cleonilton Mulato Bezerra, que sempre estiveram prontos a contribuírem com esse trabalho e na pesquisa de campo.

Por último, quero agradecer à minha família e amigos pelo apoio incondicional, especialmente aos meus pais, irmãos e filhas pelos incentivos incansáveis ao longo da elaboração deste trabalho.

Meu muito obrigado!

"O universalismo que queremos hoje é aquele que tenha como ponto em comum a dignidade humana. A partir daí, surgem muitas diferenças que devem ser respeitadas. Temos direito de ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza."

Boaventura de Souza Santos

RESUMO

O movimento inclusivo no Brasil vem aumentando gradativamente e, em consequência, há uma ampla busca pela inserção das pessoas com deficiência. O presente trabalho compreende o esporte, principalmente o futsal, como um dos caminhos para inclusão dessas pessoas no contexto social, visto que a prática do futsal para pessoas com deficiência já desponta com um novo significado, tornando o esporte um dos mais procurados no Brasil. O objetivo desta pesquisa é investigar a contribuição da prática esportiva na modalidade de Futsal para a inclusão social das pessoas com deficiências da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, do município de Iguatu, CE. A metodologia possui caráter quantitativo, com uma abordagem exploratória e descritiva. Ressalta-se o posicionamento unânime dos responsáveis pelas pessoas com deficiências e do professor da instituição sobre os benefícios da prática de futsal na melhoria comportamental, especificamente nas relações com os seus professores, colegas, familiares e amigos. Os responsáveis informaram ainda que percebem que alunos com deficiência desenvolvem uma relação de muita confiança com o professor da modalidade de futsal.

Palavras-chave: Pessoas com deficiência. Inclusão Social. Futsal. APAE. Futsal.

ABSTRACT

The inclusive movement in Brazil has been gradually increasing and, as a result, there is a broad search for the inclusion of people with disabilities. The present work understands sports, especially futsal, as one of the ways to include these people in the social context, since the practice of futsal for people with disabilities is already emerging with a new meaning, making the sport one of the most sought after in Brazil. The aim of this research is to investigate the contribution of sports practice in Futsal modality to the social inclusion of people with disabilities from the Association of Parents and Friends of the Exceptional - APAE, of the city of Iguatu, CE. The methodology has a quantitative character, with an exploratory and descriptive approach. We emphasize the unanimous position of those responsible for the people with disabilities and the institution's teacher on the benefits of futsal practice in improving behavior, specifically in relationships with their teachers, colleagues, family and friends. Those responsible also reported that they realize that students with disabilities develop a very trusting relationship with the futsal teacher.

Keywords: People with disabilities. Social inclusion. Futsal. APAE.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Questão 1 - Professor Monitor	66
Gráfico 2: Questão 2 - Professor Monitor	67
Gráfico 3: Questão 3 - Professor Monitor	68
Gráfico 4: Questão 4 - Professor Monitor	68
Gráfico 5: Questão 5 - Professor Monitor	69
Gráfico 6: Questão 5.1 - Professor Monitor.....	70
Gráfico 7: Questão 6 - Professor Monitor	71
Gráfico 8: Questão 7 - Professor Monitor	71
Gráfico 9: Questão 8 - Professor Monitor	72
Gráfico 10: Questão 9 - Professor Monitor.....	73
Gráfico 11: Questão 1 – Responsáveis	74
Gráfico 12: Questão 2 – Responsáveis	75
Gráfico 13: Questão 3 – Responsáveis	75
Gráfico 14: Questão 4 – Responsáveis	76
Gráfico 15: Questão 5 – Responsáveis	76
Gráfico 16: Questão 6 – Responsáveis	77

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
2 A HISTÓRIA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E SUA RELAÇÃO COM A HUMANIDADE	25
2.1 A Teologia na Inclusão Social.....	25
2.2 A Visão sobre Pessoas com Deficiência na Idade Contemporânea.....	31
2.3 Surgimentos do Movimento Apaeano no Brasil	38
2.4 A APAE de Iguatu.....	40
3 BENEFÍCIOS DA PRÁTICA ESPORTIVA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	47
3.1 Inclusão das pessoas com deficiência por meio da prática esportiva.....	48
3.2 Incentivo à inclusão por meio do esporte	50
3.3 O processo evolutivo das atividades esportivas para pessoas com deficiência	54
3.4 Futsal e as pessoas com deficiência.....	58
4 RESULTADOS DA PESQUISA	65
4.1 Apresentações dos gráficos na perspectiva do professor e responsáveis.....	65
4.2 Análise dos Resultados	78
5 CONCLUSÃO	83
REFERÊNCIAS	87

1 INTRODUÇÃO

A teologia pode ser explicada como um vasto aparato de técnicas filosóficas que objetiva alcançar entendimento acerca da entidade divina e da linha tênue com o ser humano e o cosmos¹. A premissa supramencionada reflete e reforça a tríade ser humano-natureza-razão, uma vez que a teologia é uma ciência que acentua uma visão holística de Deus e de suas relações com o ser humano, estando este integrado ao universo. Portanto, toda ação do ser humano impacta não só a ele, mas a todo o universo em si.

As ações humanas são, de certo modo, como um espelho de uma época, de uma cultura, de um povo e de uma crença. Embora tais costumes sejam efêmeros em sua grande maioria, estes perpassam gerações e, algumas vezes, englobam novos significados. Um bom exemplo desta ressignificação de práticas humanas e sociedade aponta para a atenção à necessidade de inclusão social para o exercício da dignidade dos sujeitos e do notório respeito à sublime magnitude da vida².

A inclusão social baseia-se em uma tomada de decisão contrária às forças excludentes que redirecionam socialmente as pessoas divergentes de um padrão imposto e que vivem à margem da sociedade. É uma ferramenta de autoafirmação e superação de barreiras, proporcionada pela atuação conjunta dos cidadãos(ãs) e Estado para possibilitar uma vida digna para todas as pessoas. Este raciocínio pode ser confirmado por São Pedro no seu artigo de âmbito jurídico, quando afirma que:

[...] inclusão social é força contrária a vetores centrífugos que encaminham os sujeitos, que se diferenciam do padrão socialmente imposto, à margem da sociedade. É mecanismo de superação de barreiras, impulsionado em atuação conjunta dos cidadãos e Estado na construção de uma realidade mais equânime.³

Na Bíblia também encontramos passagens que mostravam a preocupação de Jesus para com os excluídos, enfatizando que o Reino de Deus veio para libertar os que viviam à margem da sociedade. Em Lc 6, 20 diz que “Então, ele ergueu os olhos

¹ AGOSTINHO. **A trindade**. 2 ed. São Paulo: Paulus, 1993.

² CAPRA, F. **O ponto de mutação**. A ciência, a sociedade e a cultura emergente. São Paulo: Cultrix, 2006.

³ SÃO PEDRO, Bruno Lessa Pedreira. Inclusão social da pessoa com deficiência através do acesso ao mercado de trabalho. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XVI, n. 111, abr 2013. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12741>. Acesso em: 13 fev. 2016.

para os seus discípulos e disse: Bem-aventurados vós que sois pobres, porque vosso é o reino de Deus⁴. Aqui neste versículo do Evangelho de Lucas, vemos claramente a preferência de Jesus por aqueles que naquela época não tinham uma vida digna.

Para que essa inclusão possa acontecer, é necessário que sejam criadas formas de acessibilidade tanto no ensino regular, como de inserção no mundo do trabalho, oportunizando, também, acessibilidade em geral e um quadro de pessoas devidamente capacitadas para dar total suporte a estes indivíduos.

O estudo da inclusão social de pessoas com deficiências na prática do futsal, com um olhar específico para os alunos da APAE de Iguatu, reveste-se de grande importância por tratar de uma possibilidade de socialização e inclusão saudável, prazerosa e educativa e de preparação de futuros cidadãos e futuras cidadãs para o exercício consciente de sua cidadania. Com isso, o que se deseja com este estudo é que as reflexões aqui suscitadas possam ampliar os conhecimentos acerca da temática, contribuindo assim para que a inclusão social seja um fato real onde prevaleçam uma igualdade e justiça verdadeira entre as pessoas.

A problemática apresentada aborda as possíveis mudanças percebidas na socialização das pessoas com deficiências da APAE de Iguatu, após a sua participação na prática esportiva de futsal. Assim sendo, a participação dos alunos da APAE de Iguatu na modalidade esportiva de futsal proporcionou-lhes significativo avanço na sua socialização?

A inclusão social leva a repensar as muitas formas de abordagens que podemos ter sobre a inclusão social das pessoas com deficiências por meio da prática de futsal, por exemplo. Entre elas o acesso à educação com igualdade de justiça como forma de inserir no sistema social os marginalizados de diferentes condições.

Assim, o presente trabalho pretende investigar a contribuição da prática esportiva na modalidade de Futsal para a inclusão social das pessoas com deficiências da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, do município de Iguatu.

⁴ BÍBLIA SAGRADA. São Paulo: Ave-Maria, 2013.

No decorrer do trabalho realiza-se um estudo quantitativo, de campo e exploratório, com delineamento transversal e descritivo.⁵ Faz-se ainda uma análise documental, na qual “[...] todo reconhecimento e estudo que se faz de um documento, exige uma identificação das características físicas, que seria a forma, e as intelectuais, o conteúdo”⁶. Para tanto, foram elaborados e aplicados questionários que foram respondidos individualmente pelos responsáveis das pessoas com deficiências praticantes do futsal e pelo professor da modalidade. A intenção é fazer um levantamento das informações necessárias para detectar a real contribuição dessa modalidade esportiva na vida das pessoas com deficiências, seus familiares e sua relação na sociedade.

Para publicação e divulgação, caso sejam necessários, serão pré-estabelecidos nomes fictícios para garantir o anonimato das pessoas estudadas. Os resultados obtidos nessa pesquisa foram corroborados com os discursos fundamentados na literatura pertinente e a partir daí foram discutidos e apresentados.

Já a pesquisa bibliográfica foi feita em livros, artigos científicos, dissertações, teses e notícias que tratam do assunto desse projeto. Além dos documentos disponibilizados na APAE de Iguatu, como ficha individual do praticante, relatórios, fotos e materiais didáticos, foi feito um acompanhamento dos treinamentos e competições oficiais, como forma de observações referentes a este estudo.

O trabalho é constituído de quatro capítulos. O primeiro capítulo é composto da introdução. Já o segundo capítulo iniciou abordando uma breve ideia da história das pessoas com deficiência e sua relação com a humanidade. Além disso, foram destacados dois subcapítulos para criação do movimento Apaeano, ou seja, uma entidade de cunho humanitário que trabalha exclusivamente na prática em favorecer as pessoas com deficiência, dando enfoque à APAE do município de Iguatu que é o objeto de observação do trabalho.

No terceiro capítulo são discutidos benefícios da prática esportiva para pessoas com deficiência, enfatizando a inclusão dessas pessoas por meio dessa

⁵ THOMAS, Jerry R.; NELSON, Jack K.; SILVERMAN, Stephen J. **Métodos de pesquisa em educação física**. 6 ed. Porto Alegre, Artmed, 2012, p. 87.

⁶ GARCÍA GUTIERREZ, Antonio Luis. **Linguística documental**: aplicación a la documentación de la comunicación social. Barcelona: Mitre, 1984.

prática, o incentivo a essa inclusão através do esporte, o processo evolutivo das atividades esportivas e o melhor método para se trabalhar com pessoas com deficiência.

O quarto capítulo apresenta as respostas dadas pelos responsáveis e pelo professor desses educandos através de gráficos, onde posteriormente serão apontados comparativos entre as respostas coletadas procurando enfatizar a concordância e discordância relevantes apresentadas, no intuito de instrumentalizar o ponto de vista teórico, para uma abordagem adequada do tema proposto.

Neste estudo foram utilizados como instrumento formal dois modelos de questionários estruturados específicos com respostas de múltiplas escolhas, sendo que o primeiro deles foi aplicado ao professor com equivalência de um para cada estudante, e o segundo foi aplicado um para cada responsável por esses mesmos estudantes. A soma desse quantitativo resultou num total de 20 questionários distribuídos em toda pesquisa. Os questionários aplicados tiveram a pretensão de diagnosticar a contribuição da prática esportiva na modalidade de Futsal para a inclusão social das pessoas com deficiências e verificar a ocorrência da inclusão social das Pessoas com Deficiências da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, do município de Iguatu. Os responsáveis pelas pessoas com deficiência praticantes do futsal e o professor da modalidade responderam os questionários de forma individual, na intenção de fornecerem informações necessárias para detectar a real contribuição dessa modalidade esportiva na vida das pessoas com deficiências, seus familiares e sua relação na sociedade.

Salienta-se, ainda, que nenhum dos instrumentos fazia parte de protocolos já existentes. Estes foram criados especificamente para essa pesquisa de campo e, somente depois de terem sido apresentados e aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdades EST, foram aplicados aos entrevistados. Os dez questionários endereçados ao professor para os devidos preenchimentos, foram entregues em mãos e, depois de sanadas todas as dúvidas com respeito ao seu preenchimento, estipulou-se um determinado prazo em comum acordo com o mesmo, para o seu recebimento. Após o prazo combinado, os questionários foram recolhidos pelo pesquisador para as devidas análises e tabulações.

Já no que diz respeito à coleta de dados referentes aos familiares, os instrumentos foram respondidos na própria residência de cada pessoa com deficiência. Salientar também que todos esses questionários foram preenchidos com o acompanhamento do pesquisador, já que nenhum dos responsáveis tinha o saber e a compreensão da leitura. Para muitos foi necessária uma explicação individualizada de cada item para que a resposta pudesse resultar em uma coleta de informações reais de acordo com o que estava sendo solicitado.

É importante dizer que os responsáveis das pessoas com deficiência praticantes de futsal e o professor da modalidade mostraram-se receptivos e dispostos a contribuir com a pesquisa, na qual todas as questões foram respondidas e os participantes demonstraram satisfação com o estudo abrangendo as pessoas com deficiência e a inclusão social. Após o término da coleta dos dados, tanto por parte do professor quanto dos responsáveis por cada pessoa com deficiência, os mesmos foram analisados e tabulados com tratamentos estatísticos, para em seguida serem apresentados neste trabalho.

Cumprir destacar que cada item tratado no trabalho possui aspectos e problemas merecedores de análise mais profunda, que infelizmente não foram objeto de anotação, diante da necessidade de sua limitação do número de páginas. A intenção, diante da dimensão do tema tratado é apenas provocar uma reflexão e lançar algumas considerações como contribuição para o aprofundamento do debate sobre a construção de uma sociedade inclusiva através do uso do esporte, principalmente o futsal como ferramenta de trabalho na busca de auxílio da afirmação e efetivação do direito das pessoas com deficiência na busca de uma vida digna.

2 A HISTÓRIA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E SUA RELAÇÃO COM A HUMANIDADE

2.1 A Teologia na Inclusão Social

Em Genesis, a descrição instiga pensar que todos os campos da existência humana, começando pela afirmativa de que pertencem todos ao mundo e se têm necessidades.

É importante garantir que toda a existência humana pertença ao mundo e as necessidades inerentes existentes nele. Ao calar-se no direito à vida, pode-se levar ao desrespeito da dignidade do outrem, alimentando e legitimando os sacrifícios humanos, onde ficará uns contra outros.

Assmann afirma que quando se desmerece o ser humano como um ser com necessidades, omite-se também qualquer significado de um limite em que se poderia denominar de mínimo vital, da qual aquisição deve-se estar assegurada a todos e desse uma definição mínima ao significado de dignidade humana inviolável⁷.

Ainda segundo Assmann o significado de bem comum surge da afirmativa do direito de todas as pessoas à vida, consolidando um fundamento cristão que diz que a finalidade inicial de todos os bens é em benefício de todos, ou seja, a igualdade a todos exige o descumprimento com os sistemas sociais que excluem, onde a assertiva de ações sociais e cooperativamente construídas com a finalidade que os conjuntos sociais resguardem minimamente a solidariedade em situações extremas, onde se estão em jogo os direitos básicos dos seres humanos em situação limite⁸.

O meio ambiente são condições principais aos direitos básicos a dignidade humana, assim, como a vida é o primeiro bem comum aos seres vivos, não se podendo perder o entendimento da qualidade de vida dos seres vivos. No que diz ao ato da criação humana, isso por si só não tem a possibilidade de sustentabilidade da vida, o que significa que com toda dificuldade se está redescobrimdo esta realidade nos tempos contemporâneos.

⁷ ASSMANN, Hugo. **Metáforas novas para reencantar a educação**: epistemologia e didática. Piracicaba: UNIMEP, 2001.

⁸ ASSMANN, 2001.

A complexa condição humana como ser biológico e cultural que têm necessidades e desejos, bem como para a complexidade da sociedade contemporânea, Morin afirma que “viver exige, de cada um, lucidez e compreensão ao mesmo tempo, e, mais amplamente, a mobilização de todas as aptidões humanas”⁹.

Dessa forma podem-se ser apontadas algumas garantias para uma vida digna a todas as pessoas, como por exemplo, o reconhecimento mútuo, moradia, alimentação, educação, esperança, trabalho, descanso, saúde, fé, produções culturais, informação, acessibilidade, amor, entre outros. Observam-se então, que o sentido da atuação humana é a característica que compreende as intenções em ações na instrumentalização dos bens comuns as pessoas.

Voltando as raízes cristãs, principalmente ao Cristo que nos trouxe os parâmetros do Evangelho com o embasamento em Deus e em todas as pessoas fica evidente que no caminho de Jesus ele não respeitou territórios delimitados pelas tradições da época. Ele se juntava e se colocava entre os coletores de impostos, pescadores, sacerdotes, mulheres, crianças, leprosos, pessoas com deficiência, autoridades políticas, e outros. Esse fato é comprovado no Evangelho de Mc 2, 16-17 quando diz que:

Os escribas, do partido dos fariseus, vendo-o comer com as pessoas de má vida e publicanos, diziam aos seus discípulos: "Ele come com os publicanos e com gente de má vida?"¹⁰ Ouvindo-os, Jesus replicou: "Os sãos não precisam de médico, mas os enfermos; não vim chamar os justos, mas os pecadores."¹⁰

Ou seja, Jesus conversava com as mais diferentes pessoas em seu tempo. Foi Jesus o primeiro a praticar o direito de acesso, mesmo que em sua época não fosse um direito. Não importasse o lugar, Jesus estava sempre onde desejava ou necessitava está, o que fez com que suas atitudes exigissem que Ele rompesse barreiras e os impedimentos sociais e religiosos que existiam em seu tempo. Em Jó 2, 25 diz que “[...] não necessitava que alguém desse testemunho de nenhum homem, pois ele bem sabia o que havia no homem”¹¹.

⁹ MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

¹⁰ BÍBLIA SAGRADA, 2013.

¹¹ BÍBLIA SAGRADA, 2013.

A realidade é que Jesus não somente abriu caminho, ele se fez caminho de acesso ao Pai, podendo ser observado em Jó 14,6 que diz “eu sou o caminho, a verdade e a vida”¹². A própria Existência de Jesus se fez romper barreiras, pois Ele foi acesso e foi quem criou acesso no caminho.

Conforme Costa-Renders “o caminho acessível é dinâmico e segue a dinâmica da vida humana: na imprevisibilidade, na vulnerabilidade, na diferenciação e nas conversões exigidas pela caminhada”¹³. Para o autor falar de Deus no caminho acessível é bastante difícil, visto que não se pode generalizar, já que não responde a necessidade do respeito à dignidade de cada pessoa como ser diferente e único. Para Costa-Renders falar de Deus em caminho acessível corresponde a falar das pessoas com deficiência e dar visibilidade às necessárias condições de acessibilidade¹⁴.

Através do estudo do Evangelho, ter acesso a um Deus Criador de todas as coisas só vem com a chegada de Cristo, em que se por um lado estamos do lado do abismo por causa do pecado, por outro estamos recebendo a possibilidade de acesso ao Pai através de Jesus. No entanto, em relação as práticas referentes a Igreja, ao contrário do Evangelho de Cristo, no transcorrer da história, não estão livres da prática segregadora e excludente, uma vez que estas foram e muitas vezes ainda são coniventes com a exclusão social.

Por dois motivos é justificável falar de inclusão social nas igrejas, já que o próprio Cristo foi o meio para a desconstrução das barreiras e o criador das possibilidades ao acesso a Deus através do Evangelho. Por isso, são as comunidades quem devem se comprometer a assumirem a inclusão social, visto que no decorrer da história foram estas quem contribuíram para a construção das barreiras sociais e religiosas. Precisa-se, nos dias atuais, converter esses pensamentos e criar uma nova maneira de aplicar o princípio da Graça incondicional, construindo espaços acessíveis a todas as pessoas. Para tal fim, será necessária uma via de mão dupla, quebrando barreiras impostas à determinados grupos sociais.

¹² BÍBLIA SAGRADA, 2013.

¹³ COSTA-RENDERS, E. C. **Inclusão de pessoas com deficiência**: um desafio missionário. São Bernardo do Campo: Editeo, 2009.

¹⁴ COSTA-RENDERS, 2009.

Nos dias atuais, nos indica responsabilidade social, principalmente das igrejas em relação à inclusão, pois esta visa uma sociedade para todos. Com isto todos devem assumir suas responsabilidades na construção de condições de acesso a todo ser humano.

Em relação a história social das pessoas com deficiência, observam-se modelos de inserção social marcados pela assistência caritativa e pela atuação de profissionais da medicina, como clínicos ou terapeutas, no qual estes impulsionaram as marcas da discriminação e exclusão sobre a vida dessas pessoas e conseqüentemente o impedimento à vida social.

Segundo SILVA (1986), a discriminação e a exclusão acontecem pelas marcas e pela ação objetiva impostos as pessoas com deficiência, como por exemplo, na antiguidade, em que se colocavam as pessoas com deficiência na categoria de subumana, ou seja, para eles a deficiência tinha origem divina ou demoníaca¹⁵, ou até mesmo, para os povos judaico-cristãos, deficiência significava um castigo divino¹⁶. Podendo, assim serem observados os estigmas que traziam em si, o sentido de desumanidade que levava à discriminação e a exclusão.

Para os que entendem a fé na dimensão cidadã, a dimensão simbólica deste fenômeno indicava desafios que eram postos. Na atualidade, a compreensão da condição humana está ainda carregada de forças simbólicas, na religião ou na ciência manifestada pelo desejo da perfeição humana, por isso são também desafiados a rever novas definições e reconhecer a dignidade e os direitos sociais das pessoas com deficiência.

O modelo de inclusão já encontra repercussão no ambiente cristão, no sentido de reconhecimento da diversidade da criação e do valor das diferenças, como por exemplo, os textos produzidos pelo Conselho Mundial das Igrejas em 2005¹⁷ que tem como título “Uma igreja de todos e para todos: uma declaração teológica provisória”; e pelos textos da campanha da fraternidade de 2006 da Conferência Nacional dos

¹⁵ SILVA, Otto Marques da. **A Epopeia Ignorada: A Pessoa Deficiente na História do Mundo de Ontem e de Hoje**. São Paulo: CEDAS, 1986.

¹⁶ SILVA, 1986.

¹⁷ CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS. **Uma igreja de todos e para todos: uma declaração teológica provisória**. CMI. São Paulo: ASTE, 2005.

Bispos do Brasil¹⁸ que tem como título, “Levanta-te, vem para o meio!”. Sendo iniciativas simbólicas, mas significativas em relação à construção de confissões de fé que contribuíram para a inclusão das pessoas com deficiência.

Na Campanha da Fraternidade de 2006, o texto-base se faz bastante relevante para os que pretendem contribuir na construção de uma sociedade para todos, tais como:

Cabe denunciar o sentimentalismo e a piedade estéril, o paternalismo manipulador, a cultura do corpo perfeito, os estigmas sociais e rótulos e, principalmente, a tendência ao saneamento da espécie humana e o eugenismo mascarado na rejeição das pessoas com deficiência. A exclusão daqueles que não são “tecnicamente” perfeitos, daqueles que são considerados “inviáveis” numa sociedade de fortes, saudáveis e competitivos, a pretensão da espécie humana pura, sem defeitos, fragilidades ou fraquezas, já deu origem a horrendos crimes contra a humanidade.¹⁹

Precisam-se utilizar novas metáforas nas celebrações, pois Deus se comunica através de todos os fenômenos da natureza para que cegos, videntes, surdos e ouvintes possam ouvi-lo. A Bíblia diz em 1 Reis 19, 11-12 que,

[...] Sai e conserva-te em cima do monte na presença do Senhor: ele vai passar. Nesse momento passou diante do Senhor um vento impetuoso e violento, que fendia as montanhas e quebrava os rochedos; mas o Senhor não estava naquele vento. Depois do vento, a terra tremeu; mas o Senhor não estava no tremor de terra. Passado o tremor de terra, acendeu-se um fogo; mas o Senhor não estava no fogo. Depois do fogo ouviu-se o murmúrio de uma brisa ligeira.²⁰

Devem-se resgatar a diversidade da criação abandonando as farsas do aprimoramento genético humano, tal que a santíssima Trindade é distinta e única e estes autorizam a serem diferentes na unidade, assim como Jesus autorizou a viverem com qualidade. Para isso, se faz necessário que assumam suas vulnerabilidades, aperfeiçoando a humanidade, visto que Cristo se fez passar pelos ciclos da vida e todas as condições vulneráveis possíveis, desde seu nascimento até sua morte; e Este autoriza a viver os diferentes propósitos característicos à condição humana.

Tem-se que garantir o que o caminho seja acessível, dado que o Criador atua em todos e para todos incondicionalmente, orientando nos caminhos e deixando-os

¹⁸ CONFERENCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Levanta-te, vem para o meio**: campanha da fraternidade 2006 – fraternidade e pessoa com deficiência. São Paulo: Salesiana, 2005.

¹⁹ CONFERENCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, 2005, p 93.

²⁰ BÍBLIA SAGRADA, 2013.

acessível a todos. Assim sendo, o modelo de inclusão desafia a uma conversão de valores, fazendo com que a deixem de ver apenas a deficiência e passem a ver principalmente as habilidades e as capacidades dessas pessoas com deficiência, exigindo que todos, especialmente as igrejas, construam condições de acesso permanente dessas pessoas e nos diversos espaços sociais, ressaltando a dignidade das pessoas e seus direitos e valores.

As igrejas, mas que conhecer o conceito de acessibilidade, precisa estar sensível às condições de uso dos seus espaços a todas as pessoas que nela desejem entrar. Os templos religiosos, em sua característica, dão acesso as pessoas através de escadas, visto que isso fazia parte a arquitetura da época. No entanto, além das questões estéticas, nos dias de hoje, existe o desafio em relação às condições de acesso as dependências dos espaços a todos os públicos, além de ter que se considerar a segurança e a autonomia dessas pessoas nestes locais.

Pode-se dar como exemplo um cadeirante que deseje frequentar a igreja. Será que essa pessoa terá condições de entrar, circular e assentar com conforto e segurança? Em relação as pessoas surdas ou cegas. Para essas pessoas existem métodos como a Linguagem de Sinais ou o Braille para se ter acessibilidades as celebrações?

Por conseguinte, é visto que acessibilidade é refletir e desenvolver as condições necessárias ao acesso a todas as pessoas. As igrejas têm ou deveriam ter como responsabilidade realizar palestras de apoio às famílias de crianças ou adultos com deficiência no sentido da aceitação da diferença significativa e do conhecimento e luta pela garantia de seus direitos. Incluir pessoas com deficiência nos quadros funcionais das igrejas, inclusive, principalmente no grupo eclesialístico.

A efetivação das condições de acesso e a representação social das pessoas com deficiência em quadros funcionais de todas as instituições começa através dos indivíduos. No entanto, para que isso ocorra precisará eliminar as barreiras físicas, comunicativas e de atitudes.

2.2 A Visão sobre Pessoas com Deficiência na Idade Contemporânea

Nos séculos XVII e XVIII, ocorreram grandes avanços no desenvolvimento da prestação de serviços às pessoas com deficiências, dentro dos hospitais. Neste período já havia especialidades em tratamentos ortopédicos para pessoas privadas de um ou de vários membros, como consequência das guerras, além das surdas e cegas²¹.

No século XIX, em 1819, Charles Barbier (1764-1841), um capitão do exército francês, atendendo a um pedido de Napoleão, desenvolveu um código para ser usado em mensagens transmitidas à noite durante as batalhas. [...] Braille modificou totalmente o sistema de escrita noturna criando o sistema de escrita padrão – o BRAILLE – usado por pessoas cegas até aos dias de hoje.²²

A percepção da importância de uma atenção especializada sobre a pessoa com deficiência, segundo Gugel, surgiu no século XIX, ainda referendada em ideais humanísticos da Revolução Francesa. Foi nesse século que começou a se perceber que essas pessoas deveriam ter além do direito a abrigos e atendimentos hospitalares, a necessidade de cuidados mais específicos, com estudos mais aprofundados sobre cada deficiência possibilitando várias descobertas que iriam auxiliar muito essas pessoas, no intuito de torná-los novamente habilitados ao trabalho²³.

Por ocasião das últimas décadas do século XVII para o início do XVIII, durante grandes guerras, era comum os generais receberem instruções de seus superiores, para dedicarem um olhar bem especial aos seus soldados que ficavam feridos durante as batalhas. Ainda conforme Gugel, esses deveriam ser acompanhados e tratados de forma que, após a sua reabilitação, pudessem ser reutilizados em atividades de reforços durante as batalhas. Era uma forma de auxílio à recuperação da saúde, embora ainda que com medidas alternativas, o objetivo consistia em voltarem aos campos de batalhas²⁴. Na verdade, o que acontecia, nesses casos específicos, era

²¹ GUGEL, Maria Aparecida. **A Pessoa com Deficiência e sua Relação com a História da Humanidade**. 2007. Disponível em <http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php>. Acesso em 20 jul. 2018. p. 10.

²² GUGEL, 2018, p. 11

²³ GUGEL, 2018, p. 11

²⁴ GUGEL, 2018, p. 12

uma oportunidade de reaproveitamento dos serviços desses soldados, por ainda possuírem utilidades para devidos fins.

Estas situações de reabilitação durante ou pós-guerras, foram despertando o interesse de novos adeptos que começaram a visualizar a possibilidade de recuperação de outras pessoas, que também sofriam de outros tipos de deficiências, adquiridas ou não em praças de guerras, mas que precisavam de cuidados específicos para poder exercer uma atividade. Reafirmando esse pensamento, Gugel afirma que essa ideia de reabilitação foi aplicada em 1884, pelo Chanceler alemão Otto Von Bismark, originando a primeira lei tornando obrigatória a reabilitação e readaptação ao trabalho, o que imediatamente foi seguida por muitos outros países como normativa para direitos dos trabalhadores civis²⁵.

Também no Brasil, por volta da década de 1850, tivemos iniciativas como a do então Imperador D. Pedro II, que resolveu dar um grande passo nesta possibilidade de reabilitação ou adequação para crianças com deficiências, criando uma instituição para cegos, surdos e mudos.

No Brasil, por insistência do Imperador Dom Pedro II (1840 – 1889), seguia-se o movimento europeu e era criado o Imperial Instituto dos Meninos Cegos (atualmente Instituto Benjamin Constant), por meio do Decreto Imperial nº 1.428, de 12 de setembro de 1854. Três anos depois, em 26 de setembro de 1857, o Imperador, apoiando as iniciativas do Professor francês Hernet Huet, funda o Imperial Instituto de Surdos Mudos (atualmente Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES) que passou a atender pessoas surdas de todo o país, a maioria abandonada pelas famílias.²⁶

De acordo com Agüero²⁷ em 1907 nos Estados Unidos foi organizada a Primeira Conferência da Casa Branca sobre os Cuidados de Crianças Deficientes, que aprovou uma resolução incentivando programas de preparo de trabalhos protegidos para integração das pessoas com deficiência na sociedade.

Com o advento da Primeira Grande Guerra Mundial (1914 – 1919), a situação foi de extrema dificuldade para muitas pessoas, cujos países se encontravam envolvidos no conflito. Além dos casos de internações que aconteceram em campos inimigos, existiram situações em que os homens tiveram que defender os seus

²⁵ GUGEL, 2018, p. 12.

²⁶ GUGEL, 2018, p. 12.

²⁷ AGÜERO, 1956 apud SILVA, Otto Marques da. **A epopeia ignorada**: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje. São Paulo: CEDAS, 1986. p. 302

próprios países nos campos de batalhas, provocando a obrigação do trabalho feminino para garantirem o sustento familiar, enquanto suas crianças com deficiência tiveram que ficar aos cuidados de abrigos²⁸.

Com o Tratado de Versalhes, ficou selado o fim da Primeira Grande Guerra. Mas, para que o fim dela realmente se consolidasse, era necessário que as nações oferecessem condições para que as pessoas pudessem ser reincorporadas no campo de trabalho²⁹. E como muitos países estavam quase que totalmente destruídos, com crises financeiras incalculáveis, criar oportunidade de empregos e poder dar decência humana para todas as pessoas, não seria tarefa fácil. Foi então, neste contexto e também com as transformações que aconteceram devido a Revolução Industrial, que foi montado o palco das condições mínimas de dignidade necessárias para os seres humanos. Assim, com o Tratado de Versalhes, foram criadas também organizações como a OIT (Organização Internacional do Trabalho) e a Sociedade Escandinava de Ajuda a Deficientes, com a finalidade de oportunizar direitos para todos, reabilitando inclusive ex-combatentes.

Somente em 1919, com o Tratado de Versalhes, foi consolidada a paz e criado um importante organismo internacional para tratar da reabilitação das pessoas para o trabalho, inclusive das pessoas com deficiência, a Organização Internacional do Trabalho – OIT. Posterior ao pós-guerra, a sociedade organizou-se para buscar soluções e melhorias para a reabilitação de pessoas com deficiência. A Sociedade Escandinava de Ajuda a Deficientes, atualmente conhecida como Rehabilitation Internacional, foi a primeira organização com este intuito. No decorrer do século XX, várias organizações e instituições voltadas para a causa de melhorias no atendimento aos deficientes foram criadas no mundo inteiro.³⁰

No início de 1929, a população canadense, norte-americana e de muitas nações europeias foram alcançadas por uma Grande Depressão Mundial. Sofrendo consequências com recessão econômica e queda do produto interno bruto, a população sofreu com a falta de alimentação e de atendimento médico. Mas, foi nesse cenário que o presidente Roosevelt, no início da década de 30, serviu de inspiração e superação para população.

O 32º Presidente dos Estados Unidos, Franklin Delano Roosevelt, em 1933, com o programa político New Deal, atrelado a assistência social, ajudou a

²⁸ GUGEL, 2018, p. 13.

²⁹ GUGEL, 2018, p. 13.

³⁰ AUGUSTIN, Ingrid Renata Lopes. **Concepções de membros do conselho municipal de educação acerca da educação da pessoa com deficiência intelectual**. Programa de Pós-Graduação do Mestrado em Educação. Universidade de Caxias do Sul, 2012. p. 26.

minimizar os efeitos da Depressão. Roosevelt que era paraplégico, embora não gostasse de ser fotografado em sua cadeira de rodas, contribuiu para uma nova visão da sociedade americana e mundial de que a pessoa com deficiência, com boas condições de reabilitação, pode ter independência pessoal. Ele foi um exemplo seguido por muitos americanos com deficiência que buscavam vida independente e trabalho remunerado.³¹

A Segunda Guerra Mundial deixou sequelas profundas não somente nos soldados envolvidos diretamente no conflito, mas principalmente em grande parte da população civil de Hiroshima e Nagasaki. Os efeitos das duas bombas atômicas lançadas sobre essas duas cidades, além de ocasionarem muitas mortes imediatas, ao longo do tempo deixaram um rastro de destruição que ainda são sentidas nas gerações atuais. A Europa sofreu grande destruição, e os países aliados foram devastados. Famílias inteiras foram quase todas assassinadas e as pessoas que restaram, principalmente as crianças, precisaram de abrigos, alimentação, educação, amparo e principalmente de atendimentos médicos. Todos os sobreviventes precisavam de auxílio médico e reabilitação.

Segundo Augustin a criação da Organização das Nações Unidas – ONU, no ano de 1945 em Londres, visou primeiramente buscar soluções para os problemas consequentes da guerra, compondo agências para dividirem temas a serem tratados, como a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura); o UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e a OMS (Organização Mundial da Saúde)³².

Augustin afirma também que, com a criação da Declaração Universal dos Direitos Humanos no ano de 1948, prerrogativas como o zelo pela dignidade humana e responsabilidade governamental passaram a ser mais eficazes na vida das pessoas, principalmente daquelas mais necessitadas como as deficientes³³. Esses direitos essenciais para a vida humana tiveram como objetivos principais a integração na sociedade e a colaboração técnica para o auxílio das pessoas com deficiência adquiridas, congênitas ou hereditárias.

Artigo 1. Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade. [...] Artigo 25. 1. Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde

³¹ GUGEL, 2018, p. 15.

³² AUGUSTIN, 2012, p. 27.

³³ AUGUSTIN, 2012, p. 27.

e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle. 2. A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social.³⁴

Neste período, ocorreu um fortalecimento das instituições que trataram do cuidado e acompanhamento das pessoas com deficiência no mundo inteiro, procurando medidas alternativas para socializá-las, como forma de fazerem parte mais efetiva na comunidade e na sociedade.

Augustin ainda afirma que no Brasil, por volta dos anos 50, esse fortalecimento também aconteceu, inclusive com a criação de novas instituições especializadas para o cuidado com as pessoas com deficiência. Tivemos por parte dessas instituições um olhar especial para uma formação mais integral dessa classe social, observando além do preparo para o trabalho, uma preocupação com a sua inclusão social através de um sistema legislativo que promoveu mais incisivamente o acesso à educação. Essa inclusão tornou-se mais eficaz a partir do momento que essas ações começaram a concretizar melhorias nas áreas sociais com a oferta do ensino e absorção desse grupo social pelo mercado de trabalho³⁵.

Segundo Fernandes, o ápice da história está relacionado à mudança na concepção das pessoas com deficiência, que passaram a ser vistas como cidadãos, com direitos e deveres de participação social, embora persistisse a ótica assistencial caritativa e o viés da medicalização vinculado ao atendimento da educação³⁶.

Na década de 1960, o paradigma do atendimento à pessoa com deficiência “[...] teve como principal contribuição teórica, a tese determinista do desenvolvimento adotada, até então, nas práticas especializadas”³⁷. As pesquisas nas áreas das ciências sociais e psicologia e na compreensão das especificidades das pessoas com deficiência tiveram grande avanço dando origem a um ponto de vista diferenciado,

³⁴ ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em <<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2018. p. 2; 5.

³⁵ AUGUSTIN, 2012, p. 27.

³⁶ FERNANDES, Lorena Barolo; SCHLESENER, Anita; MOSQUERA, Carlos. Breve Histórico da Deficiência e seus Paradigmas. **Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Musicoterapia**, Curitiba v.2, p.132–144. Jul/2011. Disponível em <<http://periodicos.unespar.edu.br/index.php/incantare/article/view/181/186>>. Acesso em: 27 set. 2018.

³⁷ AUGUSTIN, 2012, p. 28.

passando a considerar as origens dos distúrbios e deficiências também como motivados por determinantes socioculturais³⁸.

Esse reconhecimento das relações culturais históricas no desenvolvimento pleno da pessoa é reforçado por Augustin quando afirma que:

A partir da década de 1970 movimentos organizados por pais de crianças com deficiências ganharam adeptos no mundo todo. Inspirados nos princípios de individualização, normalização e integração, introduzidos na Dinamarca, os membros desses movimentos buscavam ampliar as oportunidades de participação social de pessoas com deficiência, oferecendo-lhes o convívio em ambientes menos segregadores. Em relação à educação, esses princípios incitavam ao reconhecimento do potencial desses sujeitos para a aprendizagem, promovendo etapas para sua integração, que envolviam diferentes possibilidades de inserção: escolas especiais, classes especiais, classes comuns com apoios e classes comuns sem apoio.³⁹

Fernandes afirma que a condição para essa integração dependia dos alunos e das alunas, de suas possibilidades individuais e de sua capacidade de adaptação às opções oferecidas pelo sistema de ensino, atenuando o estereótipo da incapacidade que, por muito tempo, os acompanhou.⁴⁰

No Brasil foi visto que esse modelo se caracterizou, gradativamente, pela descaracterização dessas pessoas e pela oferta de serviços de avaliação e de reabilitação globalizada em instituições não residenciais, embora ainda isoladas, passando a buscar a integração das pessoas com deficiência depois de capacitadas, habilitadas ou reabilitadas⁴¹.

Comparando ao que se refere à aceitação de crianças com e sem deficiência em sala de aula comum, Pan enfatiza que:

Na antiguidade clássica, havia os que habitavam e os que não habitavam os intramuros das cidades, o que se tornava uma desigualdade explícita, isto é, os que eram cidadãos frequentavam livremente a organização social daquela comunidade, já os excluídos eram considerados não cidadãos.⁴²

Esse fato também é confirmado por Pan quando ela afirma que “a questão da inclusão tem uma ressonância que é milenar quando se tenta definir quem deve

³⁸ AUGUSTIN, 2012, p. 28.

³⁹ AUGUSTIN, 2012, p. 28.

⁴⁰ FERNANDES, 2011.

⁴¹ BRASIL. **Educação inclusiva**: a fundamentação filosófica. Brasília: MEC/SEESP, 2004. p. 12.

⁴² PAN, 2008, p. 31 apud AUGUSTIN, 2012, p. 29.

frequentar – preferencialmente – as salas de aula do ensino regular”⁴³. Tais fatos sempre foram presenciados em todas as camadas sociais, e como exemplo claro disso temos as salas de aula do ensino regular, onde existia a ideia de quem deveria frequentá-las até há poucas décadas, verificando assim também nesse ambiente um processo de segregação social.

Atualmente, sobre esse processo de exclusão, é muito relevante informar que a partir do final do século passado, por conta da intervenção dos direitos humanos, aconteceram importantes vitórias no que se diz respeito à inclusão das pessoas com deficiência. Conforme Augustin, tais vitórias somente foram possíveis por conta do fortalecimento da democracia e também da consolidação do direito à cidadania, favorecendo o surgimento de novas formas de práticas de inclusão neste período, o que, de algum modo, permitiu a criação de espaços inclusivos bem significativos para o século XXI⁴⁴.

Nos dias atuais, vivemos grandes transformações históricas, onde as pessoas com deficiência são portadores do direito de acessarem em todos os ambientes sociais sem nenhuma restrição. Augustin afirma, ainda, que isso nos leva a refletir sobre os caminhos que tivemos de trilhar, para que a humanidade pudesse começar a construir uma concepção de que pessoas com deficiência devem ser desprovidas de todo tipo de preconceito⁴⁵.

Mendes cita que:

[...] ao longo dos últimos trinta anos, tem-se assistido a um grande debate acerca das vantagens e desvantagens, antes, da integração escolar, e, mais recentemente, da inclusão escolar. A questão sobre qual é a melhor forma de educar crianças e jovens com necessidades educacionais especiais não tem resposta ou receita pronta. Na atualidade, as propostas variam desde a ideia da inclusão total – posição que defende que todos os alunos devem ser educados apenas e só na classe da escola regular – até a ideia de que a diversidade de características implica a existência e manutenção de um contínuo de serviços e de uma diversidade de opções.⁴⁶

⁴³ PAN, Miriam. **O direito a diferença**: uma reflexão sobre a deficiência intelectual e a educação inclusiva. Curitiba: Ibpex, 2008. p. 31.

⁴⁴ AUGUSTIN, 2012, p. 29.

⁴⁵ AUGUSTIN, 2012, p. 29.

⁴⁶ MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão Escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação** v. 11, n. 33, set./dez. 2006. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/rbedu/v11n33/a02v1133.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2018. p. 396.

Esse período histórico constitui e promove processos que assinalam o marco transformador dos conceitos, dependendo de assumir as próprias diferenças e aceitar que se faz parte da diversidade humana. Mesmo quando cada pessoa se posicionar, considerando-se um ser único e diferente, percebe-se a grandeza de todas as pessoas, seja com deficiência ou sem deficiência. Mendes afirma também que

[...] as propostas ainda são variáveis e que as ideias frente à inclusão estão sendo redefinidas, porém, sabemos que os aportes para o melhor atendimento educacional para alunos com DI ainda são o conhecimento, o respeito e a aceitação da diversidade.⁴⁷

Atualmente, embora ainda sejam evidenciados muitos obstáculos que dificultam a vida das pessoas com deficiência, provocando em diversos casos uma situação de desconforto em suas vidas, encontramos vários movimentos que buscam promover a equidade tanto na educação, como na sua vida social, tentando promover assim uma melhoria na qualidade de vida das pessoas com deficiência.

2.3 Surgimentos do Movimento Apaeano no Brasil

Para falarmos sobre a história da APAE da Cidade de Iguatu, inicialmente teremos que traçar uma linha de estudo para evidenciar a trajetória desde a criação das primeiras entidades. Neste sentido, conhecer a sua origem nos ajudará a entender suas transformações vividas no decorrer do seu desenvolvimento.

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, é uma entidade de cunho social, que se sobressai de muitos outros movimentos por seu pioneirismo no Brasil, no que diz respeito ao trabalho desempenhado em favorecer às pessoas com deficiência, como amparo em suas vidas e de suas famílias⁴⁸.

Essa história teve início por volta de 1940, quando apareceu nos Estados Unidos o primeiro movimento de associação de pais que tinha como finalidade, arrecadar recursos financeiros para centros profissionais especializados em cuidar de crianças com paralisia cerebral.

⁴⁷ MENDES, 2006 apud AUGUSTIN, 2012, p. 30.

⁴⁸ APAE BRASIL. **HISTÓRIA:** Fenapaes, Rede Apae e sua história. Disponível em <<https://apaebrasil.org.br/page/2>>. Acesso em 19 Nov. 2018.

Segundo Salaberry, em 1954 chegaram ao Brasil de forma diplomática vindos dos Estados Unidos, a Sra. Beatrice Bemis e o seu esposo. Ela, juntamente com outro diplomata americano, o Almirante Henry Broadbent Hoyer, foram os anfitriões do movimento Apaeano no Brasil⁴⁹. A Sra. Beatrice Bemis, já contando com larga experiência desempenhada neste tipo de trabalho nos Estados Unidos, e também por se mãe de um filho com deficiência, percebendo a realidade de que no Brasil havia a necessidade de um trabalho neste sentido, buscou reunir um grupo de pais no Estado do Rio de Janeiro, com a intenção de realizar um trabalho em favor das crianças com deficiência mental⁵⁰.

De certo que, após a algumas reuniões preliminares, onde foram feitas apresentações e discussões sobre a necessidade de implantação de uma instituição que pudesse atender a estes necessitados, em dezembro de 1954, foi realizada a sessão de fundação da primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) do Rio, a primeira do Brasil⁵¹. A primeira assembleia deliberativa ocorreu em março de 1955 onde:

[...] foi instituído e votado o estatuto da Associação, cuja elaboração ficou a cargo do Sr. Bud Hawks e da Sra. Beatrice Bemis, onde os presentes tomaram conhecimento da oferta feita pela Sra. Alzira Lopes Cortes, que colocara à disposição da recém-criada instituição, parte das dependências do prédio da rua Haddock Lobo 296, para que ali fosse instalada uma escola para crianças 'excepcionais', atendendo ao desejo expresso por seu marido, o Professor Lafayette Cortes, antes de falecer.⁵²

A partir de então, já contando com uma sede própria, o que comprovava um sonho transformado em realidade, iniciou-se primeiramente o atendimento a um grupo pequeno de crianças que logo cresceram, passando pela fase de adolescência e demonstrando a necessidade de realizarem outras atividades. "Surgiu assim, a primeira oficina pedagógica de atividades ligadas à carpintaria para deficientes no Brasil, por iniciativa da professora Olívia Pereira"⁵³.

⁴⁹ SALABERRY, Neusa T. Machado. **A APAE EDUCADORA: Na Prática de uma Unidade da APAE de Porto Alegre**. Porto Alegre, RS, 2007. 132 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - PUCRS, Fac. de Educação, Porto Alegre, 2007. p. 32.

⁵⁰ SALABERRY, 2007. p. 32.

⁵¹ SALABERRY, 2007. p. 33.

⁵² SALABERRY, 2007. p. 33.

⁵³ FEDERAÇÃO DAS APAES DO ESTADO DO PARANÁ (FEAPAES-PR). **Um Pouco da História do Movimento das Apaes**. Disponível em <<https://apaep.org.br/page/um-pouco-da-historia-do-movimento-das-apaes>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

Com o serviço desenvolvido por esta primeira Apae, outras pessoas começaram a mostrar interesse por este tipo de trabalho. O que se viu de 1955 a 1962 foi um crescimento considerável de números de Apaes pelo Brasil. E ao final de 1962, representantes de 12 grupos já existentes decidiram, contando com o apoio do médico psiquiatra Dr. Stanislau Krinsky, fundar a Federação Nacional das APAES – FENAPAES⁵⁴. Esta Federação funcionou algum tempo em São Paulo, sendo transferida em 1964 para o Rio de Janeiro, e depois passando a funcionar definitivamente em Brasília.

Atualmente, depois de serem decorridos mais de seis décadas desde a sua origem em solo brasileiro, “A Fenapaes hoje conta com 2.163 Apaes filiadas, coordenadas por 23 Federações Estaduais, mais a Apae do Distrito Federal, abrangendo todos os estados brasileiros”⁵⁵. Isso demonstra a sua importância no desenvolvimento de uma prestação de serviço tão importante para essas famílias tão necessitadas. “Este crescimento vertiginoso foi impulsionado pela Federação Nacional e suas representações Estaduais que, seguindo a mesma linha filosófica da primeira, permitiram e incentivaram a formação de novas APAEs”⁵⁶.

2.4 A APAE de Iguatu

No Brasil, atualmente existem um grande número de municípios que contam com sede próprias da Apae. Esse crescimento aconteceu de forma capilarizado em todo território nacional e o nosso Estado do Ceará foi também beneficiado com a chegada da sua primeira unidade na cidade de Fortaleza, no ano de 1965⁵⁷. A partir de então, começou a haver um movimento de propagação de Apaes por todo estado, com a intenção também de desenvolver esse trabalho com as famílias necessitadas que morassem nas cidades do interior.

⁵⁴ FEDERAÇÃO DAS APAES DO ESTADO DO PARANÁ, s/d.

⁵⁵ APAE BRASIL. **Pesquisa:** Fenapaes Realiza Censo com as Apaes do Brasil. Disponível em: <<http://apaeac.org.br/noticia/pesquisa-fenapaes-realiza-censo-com-as-apaes-do-brasil->>. Acesso em: 29 nov. 2018.

⁵⁶ FEDERAÇÃO DAS APAES DO ESTADO DO PARANÁ, s/d.

⁵⁷ FENAPAES. **Um Pouco da História do Movimento das Apaes.** Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:wPinz6ZJrYIJ:apaebrasil.org.br/arquivo/18872+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

Segundo Ferreira e Vicente, foi assim, neste cenário nacional e estadual, que se deu a origem da Apae de Iguatu. Inicialmente o movimento aconteceu por conta da percepção de algumas famílias que sentiram a dificuldade de inclusão de seus familiares com deficiência na sociedade local “por causarem ameaças ao sistema social e de ensino, pois estes seriam obstáculos que prejudicariam a aprendizagem dos demais alunos. Por muito tempo o ensino acabava excluindo, gerando preconceitos e discriminação”⁵⁸.

Sendo assim, como esse isolamento era notório em todos os aspectos, na educação também não era diferente. As dificuldades de matrícula das pessoas com deficiência nas escolas regulares eram constantes, sob a alegação de que essas instituições ainda não se encontravam devidamente preparadas para recebê-las.

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Iguatu (APAE-CE) teve início com uma atitude corajosa de uma mãe e a necessidade de ajudar o filho que não era aceito pelas escolas regulares – tampouco havia no município atividades voltadas às pessoas com deficiência intelectual.⁵⁹

Percebendo a necessidade que as pessoas com deficiência passavam em nossa cidade em detrimento de um trabalho que pudesse favorecê-los com mais dignidade, e já sabendo do trabalho que a Apae da Cidade de Icó desenvolvia, foi que a mãe de um autista, resolveu enfrentar esse desafio e fundar uma Apae na cidade de Iguatu⁶⁰.

Assim, depois de buscar informações nos órgãos competentes que pudesse justificar o seu sonho, e já

[...] com os dados da Secretaria de Iguatu, que apontava a existência de mais de 800 pessoas com deficiência na cidade, partiu para sensibilizar as famílias que enfrentavam as mesmas dificuldades, mobilizando também a sociedade civil e o poder público para que juntos pudessem fundar a entidade.⁶¹

⁵⁸ FERREIRA, Maria de Fatima Matos; VICENTI, Terezinha. **O Processo de Inclusão do Aluno Deficiente no Ensino Regular Publica na Última Década no Brasil**. Disponível em: <<http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/02/Maria-de-Fatima-Matos-Ferreira.pdf>>. Acessos em: 15 jun. 2019.

⁵⁹ REDE GLOBO. **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Iguatu**. Rede Globo, Esporte, cultura e lazer. Disponível em: <<http://especial2.redeglobo.globo.com/crianca-esperanca/527/detalhes>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

⁶⁰ REDE GLOBO, s/d.

⁶¹ REDE GLOBO, s/d.

Dessa forma, no dia 25 de novembro de 1999 foi fundada a Apae-Iguatu⁶² através da atitude dessa mãe que sentiu a necessidade de criar no município uma entidade não governamental que buscasse desenvolver atividades de socialização para as pessoas com deficiência.

De acordo com o Projeto Político-Pedagógico da Instituição, o seu objetivo geral é:

Enfatizar a formação humana, o respeito mútuo, as competências e promoção de aprendizagem desafiadora motivando os educandos a pensar, a resolver problemas, a expressar sentimentos, desejos e a formular escolhas e tomar iniciativas; desenvolver também de forma contextualizada, prazerosa e dinâmica atividades para construção da autonomia moral e intelectual de todos educandos buscando a humanização, mudança social, familiar e qualidade de vida.⁶³

Ainda conforme o seu Projeto Político Pedagógico a Instituição também tem:

[...] como objetivo proporcionar ao educando condições para que esse se sinta parte integrante na sociedade, sujeito independente, agente ativo e transformador; oportunizar ao educando o desenvolvimento da cidadania através da participação política social e o direito ao exercício da mesma; desenvolver técnicas e procedimentos de maneira que descubra e trabalhe as potencialidades de cada um; trabalhar a criatividade do educando proporcionando sua autoestima; trabalhar o educando quanto ao questionamento de problemas e soluções, utilizando sua capacidade e criatividade; despertar no educando para a importância do papel da família na sociedade; incentivar a família para que o matricule na escola regular; refletir sobre papel da escola em que o mesmo está inserido; valorizar a cooperação mútua como essencial à segurança, à sobrevivência e a felicidade; e contemplar o mistério e a beleza da vida que cresce, valorizando o cuidado com os seres vivos.⁶⁴

Podemos perceber na citação acima, que a Apae de Iguatu tem como objetivo desenvolver nos seus educandos o perfil de cidadãos(ãs) construtores e participativos que buscam modificar a maneira de como podem ser reconhecidos pela sociedade local, como pessoas proativas que buscam a sua valorização pessoal e de seus familiares. Observamos também que no seu PPP consta como meta estimular as famílias que possuem pessoas com deficiência a realizarem matrículas em escolas de ensino regulares.

⁶² EDIÇÕES BMP. **Entrevista:** Iêda Couras fala sobre o trabalho à frente da Apae de Iguatu. Disponível em <<http://edicoesbpm.com.br/?p=2431>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

⁶³ PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. **Centro de Atendimento Educacional Especializado Francimary Cavalcante Gugel:** APAE Iguatu-CE. Iguatu, CE, 2015. p. 12.

⁶⁴ PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2015, p. 12.

E outro importante auxílio que ela também tem prestado neste sentido, é o de especializar profissionais que estão envolvidos diretamente no processo de ensino e de aprendizagem dessas instituições do município, e que trabalham diretamente com esse público alvo. Isso é confirmado por Barbosa quando afirma que

A Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) de Iguatu promoveu na manhã de hoje, no auditório da CREDE 16, entrega de certificados dos cursos Autodefensores Eficientes e de Especialização em Educação Especial – Deficiência Mental: uma abordagem inclusiva. Professores da rede municipal e das Apaes de Iguatu, Várzea Alegre, Crato, Juazeiro do Norte, Mombaça, Acopiara e Orós participaram do evento. Os cursos contaram com o patrocínio da Petrobras.⁶⁵

Dessa forma, a função desempenhada pela Apae vai além da sua estrutura física, oferecendo essa assistência no processo de formação de muitos profissionais, o que também pode garantir efetivamente a inclusão desses alunos(as) nas instituições regulares de ensino.

De acordo com Mendes, é bem verdade que na maioria das vezes, esse processo de aprendizagem na sala de aula regular é um desafio enorme, mas com desenvolvimento de estratégias que possam dar mais apoio ao ensino comum, “incluindo os serviços de consultoria de profissionais a professores do ensino comum e o ensino colaborativo, que envolve a parceria entre os professores do ensino regular e especial”⁶⁶, as pessoas com deficiência serão capazes transpor desafios que vão muito além da sala de aula, o que pode garantir a sua permanência na instituição.

Atualmente as pessoas com deficiência recebem por parte da comunidade em geral, um tratamento onde não mais existe tanta segregação por conta do preconceito. Segundo a própria diretora da Apae de Iguatu diz que:

[...] encontra pessoas com deficiência em todos os espaços e eu acho que essa questão do preconceito realmente é pela não convivência, quando elas passam a conviver com a pessoa com deficiência elas mudam todo o seu posicionamento.⁶⁷

⁶⁵ BARBOSA, Honório. **Apae de Iguatu promove entrega de certificados de curso de formação.** Diário Centro Sul, Iguatu, 26 jun. 2013. Disponível em: <<http://blogs.diariodonordeste.com.br/centrosul/educacao/apae-de-iguatu-promove-entrega-de-certificados-de-curso-de-formacao/>>. Acesso em: 01 dez. 2018.

⁶⁶ MENDES, E. G. **Inclusão marco zero:** começando pelas creches. Araraquara: Junqueira e Marin, 2010. p 180.

⁶⁷ EDIÇÕES BMP, s/d.

Esse estigma, o qual foi sobrecarregando por muitos anos as pessoas com deficiência do nosso município, parece está desaparecendo. Na verdade, o que presenciamos hoje é uma convivência muito próxima, uma relação de muita harmonia entre as pessoas com deficiência que frequentam a Apae e a sociedade local. Como comprovação disso é que

Os alunos que fazem parte da Apae são tratados com respeito em nosso município, muitos deles trabalham, casaram, constituíram família, isso foi uma conquista. Há alunos da Apae trabalhando na Dakota, no Super Lagoa, temos atletas que participam de campeonatos, inclusive fora do Estado, muitas vezes em modalidades que nem são para deficientes, mas eles vão e eles ganham porque estão determinados”.⁶⁸

Nossa sociedade hoje percebe que as pessoas com deficiência têm grande potencial, capacidade e competência para desenvolverem muitas atividades que antes acreditavam que não seriam capazes de realizar. Através do processo ensino aprendizagem desenvolvido na Apae de Iguatu, eles foram capazes de crescer intelectualmente de forma que mostraram o seu potencial não somente dentro da própria instituição, mas também nos mais diversos segmentos dessa sociedade.

Segundo o Projeto Político Pedagógico da Apae de Iguatu, atualmente esta entidade conta com uma equipe de 63 servidores, sendo que desse total, 25 são professores e 20 são bolsistas universitários. Além desses citados, existem ainda 38 servidores, onde dentre eles existem terapeuta ocupacional, fisioterapeuta, psicólogo e muitos outros⁶⁹.

Também é desenvolvido um trabalho especializado em convênio com o Instituto Federal do Ceará – Campus Iguatu, através de uma equoterapia, onde os alunos(as) da Apae recebem um atendimento todo especializado que além de promover a sua “reabilitação motora, a integração com o animal possibilita ao praticante trabalhar aspectos como a afetividade, autoconfiança, autoestima, senso de limites, socialização, segurança, autonomia, responsabilidade”⁷⁰.

⁶⁸ EDIÇÕES BMP, s/d.

⁶⁹ PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2015, p. 20.

⁷⁰ SOUSA, Josefa Ataíde Gomes de. **A Contribuição do Centro de Equoterapia Galopes da Inclusão do Instituto Federal do Ceará - Campus Iguatu Numa Perspectiva de Inclusão Social.** São Leopoldo, RS, 2016. 107 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade EST. Programa de Pós-Graduação. Mestrado em Teologia. São Leopoldo: EST/PPG, 2016. p. 39.

Sousa afirma ainda que para a realização deste trabalho é utilizado um cavalo como agente terapêutico, e que através da sua montaria e da realização de passeios programados com passos, trotes ou galopes do animal, pode-se promover a reabilitação da pessoa com deficiência⁷¹.

Em 2017, a Apae de Iguatu contava com um número de aproximadamente 280 beneficiários diretos com idade de até 29 anos, e 525 indiretos. Além dessa unidade, a entidade ainda conta com uma “Casa Lar” localizada em uma área nobre da cidade, que

[...] agora terá a oportunidade de oferecer atividades de lazer, esportiva e de natação em uma área de cerca de 2500 metros quadrados. O terreno e uma casa antiga, localizados no sítio Cruiri, foram cedidos pela família Nogueira. O termo de comodato é por 20 anos, podendo ser renovado por igual período.⁷²

Com essa nova estrutura a Apae de Iguatu iniciou o atendimento para pessoas com deficiência com idades de até 70 anos, além de favorecer a ampliação nas ações de atendimento para todos os alunos(as) com a possibilidade de oferecer uma melhor qualidade de vida⁷³.

Segundo o Plano Político Pedagógico a Apae de Iguatu-CE encontra-se localizada na Rua Ianne Silva Alexandre, 529, Bairro – Centro, CEP 63.500-000, no município de Iguatu - Ceará. Sua data oficial de fundação foi no dia 25 de novembro de 1999, registrada pela Federação Nacional das APAEs 1650, tendo como presidente da instituição Ivanilda Alves Cavalcante Gugel⁷⁴. A instituição foi adotada com o nome de Centro de Atendimento Educacional Especializado Francimary Cavalcante Gugel, tendo como Divisão a Delegacia Regional: CREDE 16, criada no dia 01 de agosto de 2012.

Ainda no seu Plano Político Pedagógico a Apae de Iguatu afirma que tem como missão para com as pessoas com deficiência atendidas em sua sede própria

[...] desenvolver o educando dentro de um contexto inclusivo, social e profissional trabalhando as relações: família, educando e instituição, tornando

⁷¹ SOUSA, 2016, p. 42.

⁷² BARBOSA, Honório. **A Apae de Iguatu Recebe em Comodato Terreno e Casa da Família Nogueira, no Cruiri**. Diário Centro Sul, Iguatu, 14 jun. 2014. Disponível em: <<http://blogs.diariodonordeste.com.br/centrosul/cidades/a-apae-de-iguatu-recebe-em-comodato-terreno-e-casa-da-familia-nogueira-no-cruiri/6865>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

⁷³ EDIÇÕES BMP, s/d.

⁷⁴ PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2015, p. 08.

esses educandos seres criadores, aptos a conviver socialmente, respeitando suas individualidades e potencialidades. Considerando o educando um ser ativo, priorizando o direito ao exercício da cidadania e a livre expressão, tendo como relevância a conscientização dos seus direitos e deveres dentro de um contexto social, vivenciando atitudes que não causem transtorno para si e nem para os que lhe rodeiam.⁷⁵

Com isso, vale ressaltar a importância da formação da pessoa com deficiência como ser ativo dentro da sociedade, conscientizando-o como cidadão(ã) com direitos e deveres que venham favorecer o seu desenvolvimento de coordenação motora e raciocínio, respeitando as suas limitações⁷⁶.

Neste aspecto, é relevante observarmos a importância que algumas atividades desenvolvidas neste processo se apresentam como meios para alcançar essa missão, e dentre elas podemos destacar a recreação (integração e entretenimento), trabalhos lúdicos fora da instituição, festivais, e as modalidades esportivas como o futsal que trataremos mais especificamente no próximo capítulo.

⁷⁵ PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2015, p. 09.

⁷⁶ PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2015, p. 09.

3 BENEFÍCIOS DA PRÁTICA ESPORTIVA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A prática de atividade esportiva e atividade muito salutar e importante, porque promove melhorias em importantes dimensões da vida dos praticantes. Esses benefícios, além de contribuir para uma melhoria da saúde física e psíquica do ser humano, promove um bem-estar geral do corpo que pode ser verificado não somente nos praticantes do desporto profissional, mas também em pessoas que fazem o seu uso com o objetivo de alcançar uma satisfação ou um prazer, ou ainda uma necessidade fisiológica para melhoria da sua saúde.

Nos aspectos orgânicos positivos que devem ser considerados com essas atividades, podemos citar a melhora da condição cardiovascular, aprimoramento da força, agilidade, equilíbrio, capacidade e coordenação motora. Além desses aspectos orgânicos, podemos perceber que no lado social e psicológico, as pessoas com deficiência que se envolvem em esportes por um período mais demorado, muitas vezes sentem-se pertencentes ao grupo, sentem menos solidão e melhoram a comunicação com seus amigos. A interação e o trabalho em equipes nos jogos também ajudam a desenvolver o círculo de amizades, aumentando a autoconfiança e a autoestima.

O segmento do esporte adaptado certamente ainda carece de divulgação e muitas pessoas nem ao menos sabem o que ele significa. Esse fato impossibilita que muitos indivíduos com algum tipo de deficiência tenham acesso à prática esportiva e que usufruam seus benefícios, dentre os quais podemos destacar, além da melhora geral da aptidão física, um enorme ganho de independência e autoconfiança para a realização das atividades diárias, além da melhora do autoconceito e da autoestima.⁷⁷

Gorgatti acredita que, além da atividade esportiva melhorar o desempenho dos praticantes para realizações das atividades físicas diárias com mais facilidade e menos esforço, ela também auxilia com um enorme ganho na independência para a execução dessas atividades, melhorando o otimismo e a segurança de que podem

⁷⁷ GORGATTI, Márcia Greguol; COSTA, Roberto Fernandes da. **Atividade física Adaptada: Qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais.** 2 ed. Barueri, SP: Manole, 2008. p. 532.

conseguir alcançar os seus objetivos com mais facilidade e sem a necessidade da ajuda constante de outras pessoas.

Além disso, as atividades esportivas têm um poder imensurável, no que diz respeito à promoção da afetividade entre os participantes. E isso é possível graças as mais diversas formas de comunicação que são desenvolvidas pro meio da prática esportiva.

O Esporte, [...], nas suas diferentes formas, contribui para a formação e aproximação dos seres humanos ao reforçar o desenvolvimento de valores como a moral, a ética, a solidariedade, e fraternidade e a cooperação, tornando-se um meio dos mais eficazes para a convivência humana.⁷⁸

Ainda pode ser usada como ferramenta para socializações, onde a inclusão por intermédio do esporte vai ser evidenciada de forma que pessoas com habilidades comuns ou diferentes, possam conjuntamente desempenhar um grande papel na construção de uma sociedade mais coesa.

3.1 Inclusão das pessoas com deficiência por meio da prática esportiva

O principal desafio na inclusão esportiva de pessoas com deficiência, segundo Seron, Arruda e Greguol, são as limitações físicas, a mobilidade e a falta de programas de atividades físicas e esportivas que atendam às especificidades das pessoas com deficiência⁷⁹. Isso porque a maioria dos esportes são projetados para pessoas sem deficiência.

Nesse sentido, essas condições se tornariam obstáculos para as pessoas com deficiência, pois elas teriam que enfrentar essas dificuldades, e como resultado disso, poderia diminuir o seu interesse na participação. E assim, como resultado desse fracasso, elas perderiam os benefícios que o esporte poderia proporcionar na sua saúde, no seu bem-estar e oportunidades de interagirem com outros colegas participantes do grupo.

⁷⁸ FEDERAÇÃO Internacional de Educação Física – FIEP. **Manifesto Mundial da Educação Física FIEP/2000**. Disponível em: <<http://www.spef.pt/image-gallery/74144727224212-Notcias-Manifesto-Mundial-de-Educao-Fsica-FIEP-2000.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2018. p. 26.

⁷⁹ SERON, Bruna Barboza; ARRUDA, Gustavo Aires de; GREGUOL, Márcia. Facilitadores e barreiras percebidas para a prática de atividade física por pessoas com deficiência motora. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 37, n. 3, pp. 214-221, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbce/v37n3/0101-3289-rbce-37-03-0214.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2019.

Outros desafios vão além de suas habilidades físicas para envolver a comunidade em geral. Segundo a Revista Exame, por exemplo, alguns espaços públicos podem carecer de recursos de acessibilidade como rampas, banheiros adaptados para cadeirantes e piso tátil para sinalização de advertências ou como direcional para pessoas com deficiências visuais, além da disponibilidade de transporte público e privado para cadeirantes também ser muito precário⁸⁰. Legalmente as pessoas com deficiências estão com seus direitos assegurados pela Lei de Acessibilidade nos seguintes capítulos:

Capítulo II (Dos Elementos da Urbanização), Art. 3º, O planejamento e a urbanização das vias públicas, dos parques e dos demais espaços de uso público deverão ser concebidos e executados de forma a torná-los acessíveis para as pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Capítulo VII (Da Acessibilidade nos sistemas de comunicação e sinalização), Art. 17. O Poder Público promoverá a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, para garantir-lhes o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer.⁸¹

Conforme pode-se perceber, nos capítulos II e VII da Lei de Acessibilidade, todas as pessoas com deficiências têm como amparo legal que se sustenta em um dos seus eixos, a eliminação de barreiras que impeçam o seu acesso a parques e locais públicos, precisando ser promovidas para isso, adaptações nas condições de acessibilidade que fortaleçam o trânsito e a permanência dessas pessoas nesses locais. Entretanto, é dever do Estado além de garantir o direito do livre acesso das pessoas com deficiência nesses locais, também oferecer possibilidades no campo esportivo, a fim de que essas pessoas possam usufruir plenamente dos seus benefícios.

Entretanto, pode haver uma falta de compromisso por parte do poder público em geral sobre a variedade de atividades esportivas inclusivas ofertadas para pessoas com deficiência. E, embora alguns eventos esportivos como os Jogos Paralímpicos sejam amplamente abordados na mídia como forma de favorecer às pessoas com

⁸⁰ EXAME. **Acessibilidade é desafio para deficientes em todo o país**. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/acessibilidade-e-desafio-para-deficientes-em-todo-o-pais/>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

⁸¹ BRASIL. **Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Brasília, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm>. Acesso em: 13 out. 2018.

deficiência, eles são frequentemente vistos como atividades físicas esportivas especializadas, pois os sujeitos “[...] nele envolvidos agem de forma a buscar o melhor desempenho atlético possível, tendo a vitória e o reconhecimento esportivo como principais objetivos. Esse evento consiste em um cenário de disputas entre atletas de elite”⁸². Ou seja, esse tipo de competição engloba apenas um pequeno contingente dessas pessoas.

As pessoas naturalmente assumem que o esporte é dividido em duas categorias seletivas, que se identificam como se fossem para pessoas com ou sem deficiência, quando na verdade, deveriam visualizar que por meio da diversidade pode haver uma imensa potencialidade para inclusão social.

3.2 Incentivo à inclusão por meio do esporte

Já foram muitos os estudos que chegaram à conclusão da importância da atividade física na vida dos seres humanos. A sua prática se faz necessária para que as pessoas possam melhorar a sua condição física e orgânica, o seu lado afetivo, emocional e psicossocial no meio em que vivem, melhorando com isso a sua qualidade de vida. E é nesse viés da atividade física que encontramos a prática esportiva como elemento preponderante na vida de todos, tanto no que diz respeito a nossa própria harmonia pessoal, como na convivência de suas relações sociais.

Toda forma de atividade em que há troca de informação entre seres humanos está sujeita à transmissão de valores morais, que influenciarão na formação do sujeito e na sua perspectiva perante a própria vida. Uma forma de prática que exerce influência sobre a Qualidade de Vida dos sujeitos é o esporte, pois se trata de uma categoria de atividade física que pode promover alterações tanto nas condições e modo (através de possibilidade de ascensão social), quanto estilo de vida através da prática periódica.⁸³

Porém, mesmo com autores como Marques reafirmando a importância das atividades esportivas como elemento de desenvolvimento saudável para vida humana e também na ascensão social, ainda não podemos afirmar plenamente que o esporte

⁸² MARQUES, Renato Francisco Rodrigues. A contribuição dos Jogos Paralímpicos para a promoção da inclusão social: o discurso midiático como um obstáculo. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/118244/115767>>. **Revista USP**, São Paulo, n. 108, p. 87-96, janeiro/fevereiro/março 2016. Acesso em: 16 jun. 2019.

⁸³ MARQUES, Renato Francisco Rodrigues. **Esporte e qualidade de vida: Reflexão sociológica**. Campinas, SP, 2007. 160 p. Dissertação de Mestrado. – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. p. 49.

por si mesmo, pode ser considerado como uma ferramenta de inclusão social totalmente eficaz. Para que essa inclusão seja plena é necessário que as classes sociais também auxiliem nesse processo, oferecendo condições para que as pessoas com deficiência alcancem o lugar que por direito devem usufruir dentro da sociedade. “Cabe a todos os integrantes da sociedade lutar para que a inclusão social dessas pessoas seja uma realidade”⁸⁴.

Contudo, atualmente essa inclusão ainda não está em pleno exercício, já que este é um direito que ainda lhes é renegado por um pensamento antissocialista e preconceituoso. É necessário identificar nas pessoas com deficiência, qualidades que possam classificá-los como seres capazes de se relacionarem mutuamente e de exercerem o seu próprio papel dentro de uma sociedade comum, agindo como cidadãos(ãs) ativos em todos os processos que envolvam o desenvolvimento do bem comum.

Enquanto a inclusão social garante a pessoa que todos os seus direitos de cidadão(ã) serão respeitados, a exclusão social é exatamente a falta dessa garantia. No entanto, esta exclusão pode trazer como consequências uma série de privações para sua vida, em relação a fatores sociopolíticos como religião, poder econômico, gênero, direitos culturais, etnia, idioma, localização geográfica, capacidade física ou intelectual, que resultam em discriminação e desvantagem dentro da sociedade. Além disso, todo e qualquer tipo de exclusão de serviços e bens essenciais, tais como alimentação inadequada, falta de cuidados na saúde e educação, afetam claramente a capacidade de qualquer pessoa de poderem participar mais ativamente na sua comunidade.

Algumas vezes, os fatores que produzem a exclusão podem ser exacerbados pelos abusos de proteção ao adolescente ou pela negligência do Estado em relação às pessoas que vivem fora das estruturas familiares tradicionais. Em alguns casos, a exclusão pode tornar-se tão extrema que provoca a total invisibilidade da pessoa, nega seus direitos, não pode frequentar a escola e é obscurecida da visão oficial por meio de ausência de estatísticas, políticas e programas. E essa negação da

⁸⁴ MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. Portadores de deficiência e a questão da inclusão social. **São paulo em Perspectativa**, vol.14, no2, São Paulo, Apr./June 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000200008&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 25 jan. 2018.

interatividade social pode estar intimamente ligada ao estigma de deficiências físicas ou intelectuais que a pessoa apresenta.

Neste sentido, o esporte pode ser utilizado como ferramenta para oferecer oportunidades para derrubar barreiras, e promover a inclusão de pessoas com deficiências que muitas vezes são esquecidas em total segregação social. E essa participação nas atividades esportivas pode beneficiar essas pessoas de duas maneiras que relatamos a seguir.

1º - Mudando as percepções da comunidade sobre a capacidade de diferentes grupos: por meio do esporte, as pessoas, independentemente de gênero, habilidade ou formação, podem se unir em um contexto positivo (às vezes pela primeira vez) e se verem realizando práticas que antes julgavam impossíveis. Isso ajuda a reduzir a discriminação, e, como consequência, pode promover uma mudança na compreensão e na atitude dos guardiões que detêm o poder de permitir ou negar às pessoas com deficiência, o direito de participarem de outros tipos de atividade;

2º - Mudando as percepções das pessoas com deficiências sobre si mesmas e sobre suas habilidades: o esporte permite que essas pessoas aprendam a reconhecerem seu próprio potencial e advoguem por mudanças na sociedade para que possam aplicar plenamente esse potencial.

Segundo as Organização das Nações Unidas, “mais de um bilhão de pessoas, cerca de 15% da população mundial, têm alguma forma de deficiência”⁸⁵, e desse percentual,

[...] uma pesquisa recente com pessoas com transtornos mentais graves mostrou que entre 35% e 50% das pessoas nos países desenvolvidos, e entre 76% e 85% nos países em desenvolvimento, não receberam tratamento no ano anterior ao estudo.⁸⁶

O esporte é uma maneira de envolver essas pessoas nas vidas de sua comunidade, enriquecendo assim a vida da pessoa e a própria comunidade. A inclusão é uma forma de tornar as pessoas com deficiência mais participativas na

⁸⁵ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Deficiência e saúde**. Disponível em: <<https://www.who.int/en/news-room/fact-sheets/detail/disability-and-health>>. Acesso em: 21 jun. 2019.

⁸⁶ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, s/d.

sociedade, e o esporte é uma das maneiras de derrubar muitas barreiras existentes, tornando isso possível.

É inegável que a humanidade é caracterizada por sua diversidade. Isso pode ser observado nas salas de aula por exemplo. Reconhecendo a importância de uma maior conscientização sobre a inclusão, as escolas podem se tornar mais inclusivas e a partir desse ponto, reconhecer que seus alunos(as) apresentam uma diversidade e que a eles pode responder com mais eficácia pedagógica. Para Mantoan:

A inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência e/ou dificuldade de aprender. Os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for, de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um.⁸⁷

Para a autora, os alunos(as) que frequentam as escolas são os principais grupos-alvos para o uso dos mais diversos tipos de recursos pedagógicos, pois tendem a ser curiosos e sociáveis quando seu ambiente é confortável, seguro e envolvente. Essas qualidades são vitais para desenvolver a compreensão, a apreciação e o respeito mútuos desde cedo, principalmente para pessoas com deficiência.

Por isso, acredita-se que dentre as mais diversas atividades pedagógicas utilizadas nas instituições de ensino, os jogos são aqueles que servem como plataforma ideal para uma boa interação entre os alunos(as). Eles também podem ser projetados para serem jogados em um ambiente escolar típico, como uma sala de aula, sala de reunião, campo, quadra de esportes ou outros locais adequados, que incentivam ainda mais o vínculo e interação para pessoas com deficiência em escolas regulares.

E dentre esses jogos, os que podem ser modificados para atender às necessidades das pessoas com deficiência em um contexto singular, os mais populares e que apresentam organizações coletivas como fundamentos principais, são o futebol, basquete e futsal.

A familiaridade desses jogos os torna atraentes para a maioria das crianças, enquanto os baixos custos envolvidos em sua modificação, como no equipamento

⁸⁷ MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**. O que é? Por quê? Como fazer? – Cotidiano Escolar. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

usado, garantem que eles permaneçam práticos e aplicáveis para uso, a ponto de as organizações comunitárias de base e as escolas regulares sejam capazes de compreenderem a importância de introduzi-los em suas atividades regulares de ensino.

3.3 O processo evolutivo das atividades esportivas para pessoas com deficiência

Quando falamos de esportes para pessoas com deficiência, devemos ter em mente que primeiramente é necessário fazer um estudo inicial de como aconteceu a evolução da prática desportiva desde a sua criação e como esse fato foi se concretizando com o passar dos tempos.

Segundo Winnick⁸⁸, na história existem relatos de que a realização de prática esportiva por parte das pessoas com deficiência começou ainda no século XIX, no ano de 1871, na cidade de Ohio, Estados Unidos, mais precisamente na School of Deaf, onde foi ofertada a modalidade esportiva de beisebol para alunos(as) surdos. O autor também afirma que no ano de 1888, em Berlim, capital Alemã, também se relata que foram criados alguns clubes específicos a fim de promoverem atividades esportivas para o desenvolvimento corporal de pessoas com deficiência auditiva⁸⁹.

Entretanto, ainda segundo Winnick, foi apenas em 1924, em Paris, que Eugène Rubens-Alcais, um surdo-francês, atraiu nove nações, incluindo seis federações nacionais oficiais, para realizarem os primeiros Jogos Internacionais Silenciosos, uma versão surda dos Jogos Olímpicos⁹⁰.

Já com respeito ao esporte adaptado para as necessidades da pessoa com deficiência, os dados históricos dão conta que foi aproximadamente de 1944 que ele começou a ser praticado como forma de reabilitação e reinserção social dos soldados que ficaram mutilados após a II Guerra Mundial. Foguel diz que esse tipo de prática

⁸⁸ WINNICK, 2004 apud MARQUES, R. F. R. et al. Esporte olímpico e paraolímpico: coincidências, divergências e especificidades numa perspectiva contemporânea. **Revista. Bras. Edu. Fis. Esporte.** Vol. 23, n 4, São Paulo Out./Dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1807-55092009000400006>. Acesso em: 14 out. 2018.

⁸⁹ MARQUES, 2009.

⁹⁰ WINNICK. J.P. **Educação Física e Esportes Adaptados.** 3 ed. Barueri SP: Manole, 2004. p. 11.

esportiva foi criado pelo Dr. Ludwig Guttmann, um médico alemão de origem judaica, que após ter sido exilado do seu país, foi convidado pela Inglaterra para abrir “um centro especializado em lesões na coluna, no Stoke Mandeville Hospital, onde a reabilitação por meio do esporte evoluiu de recreacional para competitiva”⁹¹.

Embora essa atividade pioneira desempenhada pelo Dr. Guttmann tivesse como objetivo primário apenas diminuir a ociosidade das internações hospitalares, por meio de um trabalho com realização de atividades esportivas para tornar mais efetivo o desenvolvimento físico de tronco e membros superiores dos ex-combatentes da guerra, ele alcançou frutos que foram além do seu propósito inicial, resultando no fortalecimento dos jogos paraolímpicos e também na promoção de uma reinserção social dessas pessoas, conforme relata o *Jornal Superação*:

Os primeiros resultados desta prática relatam que, em um ano de trabalho, o Dr. Guttmann conseguiu preparar seis paraplégicos para o mercado de trabalho e reconheceu que as atividades esportivas, como ocupação terapêutica, eram importantes na reabilitação psicossocial dos deficientes, deu-lhes a oportunidade de competir não só no esporte como em todos os campos sociais.⁹²

De acordo com BRASIL, devido ao impressionante envolvimento que essas atividades representaram na vida desses veteranos de guerras com deficiência, o Guttmann decidiu em 29 de julho de 1948, por ocasião da cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos de Londres, organizar a primeira competição esportiva que mais tarde serviria como pontapé inicial para a realização dos Jogos Paralímpicos. Nesse evento que foi denominado de Jogos de Stoke Mandeville, participaram um total de 16 militares deficientes entre homens e mulheres veteranos de guerra, que contou com a realização de um jogo de basquetebol para cadeirantes e uma competição de arco e flecha para paraplégicos⁹³. Posteriormente tornou-se um evento anual, e em 1952 passou a ser internacional, quando militares holandeses decidiram também participar dessa competição⁹⁴.

⁹¹ FOGUEL, Israel. **Jogos Olímpicos: Do Sonho a Realidade**. São Paulo, Clube de Autores. 2016. p. 123.

⁹² GIACOBBI JR. **Esporte entre portadores de deficiência**. *Jornal SuperAção*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, março 1988.

⁹³ BRASIL. **Um novo caminho para os feridos da Segunda Guerra**. Disponível em: <<http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/megaeventos/paraolimpiadas/historia>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

⁹⁴ BRASIL. s/d.

Nesse mesmo período, mais especificamente no ano de 1958, começou no Brasil a prática esportiva para pessoas com deficiências, com iniciativa dos paraplégicos Sérgio Del Grande e Robson de Almeida Sampaio, que trouxeram dos Estados Unidos essa ideia que logo começou a produzir resultados positivos⁹⁵. Ainda nesse mesmo ano, Robson fundou o “O Clube do Otimismo”, dirigido especialmente para deficientes e que serviu de amparo para formação das duas primeiras equipes de basquetebol sobre rodas no Brasil⁹⁶.

A partir daí, com a divulgação e disseminação do esporte como forma participativa das pessoas com deficiência, podemos perceber o quanto essa iniciativa foi primordial na vida dessas pessoas. O esporte que, ao mesmo tempo servia como entretenimento e ocupação para as pessoas com deficiência, também os ajudava na conquista de novas amizades, promovendo o aumento nos seus laços afetivos por meio da integração e da inclusão dessas pessoas, pelo reconhecimento de suas capacidades e habilidades, que mesmo restritas por causa de suas deficiências, começaram a perceber que ainda eram capazes de serem úteis no meio familiar e da sociedade.

Para os Jogos Olímpicos de Verão, em Roma, Guttmann trouxe 400 atletas para competir nas Olimpíadas “paralelas”, que ficaram conhecidas como a primeira Paralimpíada. Desde então, os Jogos Paralímpicos foram realizados em cada ano olímpico. A partir do verão de 1988 nos Jogos Olímpicos de Seul, Coreia do Sul, a cidade anfitriã para os jogos olímpicos também seria palco dos Jogos Paralímpicos. Este acordo de cooperação foi ratificado em 2001.⁹⁷

Conforme a International Paralympic Committee (IPC), fazendo um comparativo entre a primeira edição dos Jogos Paralímpicos realizados no ano de 1960 na Itália e a última edição ocorrida em 2016 no Rio de Janeiro, a evolução foi enorme no que diz respeito à participação. Para demonstrar esses avanços participativos, podemos citar primeiramente o crescimento de 17 para 160 países, o número de inscrições de 209 para 4.328 e de 08 para 22 modalidades esportivas representadas nas duas competições⁹⁸. Assim, podemos perceber que o crescimento

⁹⁵ SOBAMA. **Revista da Sociedade Brasileira de Atividade Motora Adaptada**, São Carlos – SP. v. 7. n 1. Dez, 2002. Disponível em: <<http://www.sobama.org.br/arquivos/revistas/sobama/sobama-2002-7-1.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2018. p. 30.

⁹⁶ SOBAMA, 2002, p. 30.

⁹⁷ FOGUEL, 2016, p. 27.

⁹⁸ INTERNATIONAL PARALYMPIC COMMITTEE (IPC). **Rio 2016: Paralympic Games**. Disponível em: <<https://www.paralympic.org/paralympic-games>>. Acesso em 27 de nov. 2019.

foi muito expressivo, tanto na participação do número de atletas, no número de países e de modalidades.

Ainda em 1960, em virtude do crescimento do esporte adaptado, foi criado um grupo para realizar estudos sobre as dificuldades que as pessoas com deficiência enfrentavam para poderem participar de práticas esportivas. Essa ideia partiu da Federação Mundial de Ex-Militares, e como fruto desse trabalho, foi criada a Organização Internacional de Esportes para Deficientes (ISOD), ainda no ano de 1964⁹⁹.

Com 16 países filiados no início, a ISOD trabalhou duro para incluir atletas cegos e amputados nos Jogos Olímpicos de Toronto-1976, no Canadá, e com paralisia cerebral em Arnhem-1980, na Holanda. O objetivo da ISOD era abraçar todos os tipos de deficiência no futuro e atuar como um comitê "coordenador" dos Jogos Paralímpicos.¹⁰⁰

Conforme o Ministério do Esporte, no âmbito nacional, no dia 09 de fevereiro de 1995 foi tomada a decisão de fundar o Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB), por meio de uma decisão conjunta entre várias associações esportivas que representavam as mais diversas categorias das pessoas com deficiência no Brasil que a partir de então, começou a organizar competições paralímpicas a nível nacional, fomentando assim nos atletas o treinamento e aprimoramento em suas condições físicas e psicológicas, visando à participação nas paraolimpíadas¹⁰¹.

Neste mesmo ano a CPB realizou a primeira edição dos Brasileiros Paradesportivos, em Goiânia, e no ano seguinte, os II Jogos Brasileiros Paradesportivos, no Rio de Janeiro, com a finalidade de dar mais incentivo e uma melhor preparação e experiência aos paratletas brasileiros¹⁰². Os frutos desse trabalho já começaram a serem sentidos nos Jogos Paralímpicos de Atlanta (2000), quando por meio do investimento feito na preparação de 58 atletas que representaram o país, o Brasil conseguiu se classificar em 24º lugar no quadro de medalha (Ministério do Esporte)¹⁰³.

⁹⁹ BRASIL. s/d.

¹⁰⁰ FOGUEL, 2016, p. 124.

¹⁰¹ MINISTÉRIO DO ESPORTE. **Comitê Paralímpico Brasileiro: Histórico**. Disponível em: <<http://portal.esporte.gov.br/cen/detalhesEntidades.do?idEntidade=27>>. Acesso em: 13 out. 2018.

¹⁰² MINISTÉRIO DO ESPORTE. s/d.

¹⁰³ MINISTÉRIO DO ESPORTE. s/d.

Um ano após a realização dos Jogos de Seul, mais precisamente em 22 de setembro de 1989, foi fundado o Comitê Paralímpico Internacional, contando com a participação de 167 países membros. Esse comitê “foi fundado como entidade sem fins lucrativos, em Dusseldorf, na Alemanha, para atuar como órgão dirigente do movimento paralímpico global”¹⁰⁴. Foi a partir dos Jogos de Seul que a cidade que sedia os Jogos Olímpicos também ficou com a obrigação de realizar os Jogos Paralímpicos.

Os Jogos Paralímpicos passaram a ter uma importância tão expressiva na comunidade mundial, que a partir de 2000 o Comitê Olímpico Internacional e o Comitê Paralímpico Internacional assinaram um acordo de cooperação em que uma das cláusulas seria o direito do Comitê Paralímpico impor exigências sobre decisões nas realizações dos Jogos Olímpicos.

O esporte para pessoas com algum tipo de deficiência iniciou-se como uma tentativa de colaborar no processo terapêutico delas e logo cresceu e ganhou muitos adeptos. Atualmente mais do que terapia o esporte para esta população caminha para o alto rendimento e o nível técnico dos atletas impressiona cada vez mais o público e os estudiosos da área de Educação Física.¹⁰⁵

O que percebemos com o passar dos anos, foi uma evolução dessa competição, eventos sempre mais organizados e atletas mais preparados para competirem com capacidades mais apuradas, buscando transpor limites que antes se imaginava inalcançáveis por suas limitações físicas. Força e representatividade, talvez sejam as mais fortes personificações que o espírito olímpico tenha ganhado por meio dos Jogos Paralímpicos.

3.4 Futsal e as pessoas com deficiência

Para falarmos sobre futsal, inicialmente devemos nos remeter à etimologia da palavra "jogo" que, segundo o Dicionário Michaelis, significa todo e qualquer tipo de diversão que envolva o nosso organismo tanto de forma intelectual como física, onde são utilizadas regras a serem obedecidas com o intuito de definir como deverá

¹⁰⁴ REDE NACIONAL DO ESPORTE. **História:** Um novo caminho para os feridos da Segunda Grande Guerra. Disponível em: <<http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/megaeventos/paraolimpiadas/historia>>. Acesso em: 05 Out 2018.

¹⁰⁵ GORGATTI, 2008, p. 532.

acontecer a competição a fim de ser consagrado um vencedor¹⁰⁶. De acordo com Bayer:

Os JEC são fenômenos culturais de grande popularidade em nossa sociedade. Esses jogos são compostos por alguns denominadores comuns, como a existência de um acessório esférico, que pode ser lançado com as mãos ou com os pés, ou ainda com o auxílio de um equipamento; um terreno delimitado onde se desenvolve o jogo; uma meta a atacar e outra a defender; companheiros de equipe que contribuem com o a movimentação do implemento; adversários opondo-se à sua equipe, e regras que devem ser respeitadas.¹⁰⁷

De acordo com o texto acima, podemos afirmar que dentre uma grande variedade de jogos praticados em nosso meio, o Futsal, além de ser classificado como Jogo Esportivo Coletivo (JEC), possui a característica de ser também um Jogo Invasivo, “uma vez que suas ações acontecem em um espaço comum, com participação simultânea de atacantes e defensores em relação à bola, sem esperar a ação final do adversário”¹⁰⁸.

Dentre as modalidades esportivas praticadas em todo o mundo, o futsal é considerado uma das mais apreciadas por parte da comunidade esportiva. Já no Brasil ela está num patamar superior a muitas outras modalidades. Isso é devido

[...] as muitas quadras públicas ou particulares existentes, a grande utilização do futsal nas aulas de educação física e o número reduzido de jogadores necessários a prática desta modalidade são alguns dos fatores que contribuem para sua importância em nosso país.¹⁰⁹

Segundo o FUTSAL PLANET, o futsal brasileiro ocupa o primeiro lugar no ranking mundial, seguido pela Espanha, Irã e Rússia¹¹⁰. Também é detentor de um número bem maior de títulos até mesmo do próprio futebol, que é considerado o

¹⁰⁶ MICHAELIS. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?id=OWQE>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

¹⁰⁷ BAYER, 1994 apud JOAQUIM, Érica Roberta; DANTAS, Luiz Eduardo Pinto Basto Tourinho. Ensino de futsal para pessoas com deficiência intelectual. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 22, n.1 p. 93 – 110, jan - mar, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382016000100093&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 23 jun. 2019.

¹⁰⁸ SILVA, Marcelo Vilhena; GRECO, Pablo Juan. A influência dos métodos de ensino-aprendizagem-treinamento no desenvolvimento da inteligência e criatividade tática em atletas de futsal. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte (Impr.)**, vol.22 n3, São Paulo jul./set. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1807-55092009000300010&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 19 jun. 2019.

¹⁰⁹ COMITÊ Internacional da Cruz Vermelha – CICV. **Reabilitação Física e Esporte**. Disponível em: <<https://www.icrc.org/pt/reabilitacao-fisica-e-esporte#mobilidade>>. Acesso em: 14 out. 2018.

¹¹⁰ FUTSAL PLANET. **Futsal Word Ranking**. Disponível em: <<https://www.futsalworldranking.be/rank.htm>>. Acessos em: 18 jun. 2019.

esporte mais popular do Brasil e do planeta terra¹¹¹. Esse esporte possui grande projeção, tanto no que diz respeito à popularidade como também por ter um grande poder de integrar, socializar e produzir benefícios biopsicossociais em todas as pessoas envolvidas no processo.

A Confederação Brasileira de Desporto de Deficientes Visuais (CBDV), que é a entidade que regulamenta a prática do Futebol de Cinco para pessoas com deficiência visual no Brasil, afirma que as regras desse jogo devem ser as mesmas utilizadas pela Confederação Brasileira de Futsal (CBFS), ressaltando algumas variações a fim de tornar o esporte mais seguro para as pessoas com deficiência e dar mais motivação aos praticantes da modalidade.

No tocante à prática de futsal realizada por pessoas cegas, a CBDV afirma que

As partidas normalmente são em uma quadra de futsal adaptada com uma banda lateral (barreira feita de placas de madeira que se prolonga de uma linha de fundo à outra, com um metro e meio de altura, em ambos os lados da quadra, evitando que a bola saia em lateral, a não ser que seja por cima desta), mas desde os Jogos Paralímpicos de Atenas também vem sendo praticado em campos de grama sintética, com as mesmas medidas e regras do futebol de salão.¹¹²

Essa banda de proteção, mencionada na citação acima, além de evitar a saída da bola da área do jogo, o que favorece em muito o desenvolvimento da partida tornando-a muito mais atraente e ágil, ajuda também a evitar que os jogadores venham a sair da zona de jogo, evitando assim possíveis deslocamentos para além das linhas demarcatórias laterais.

Outra mudança projetada para auxiliar nesse item segurança foi a substituição do piso rígido da quadra por um gramado sintético. Dessa forma, o jogo foi favorecido com pelo menos duas melhorias, sendo a primeira, evitar impactos mais violentos por ocasião de quedas, e a segunda, devido ao atrito provocado, o deslize mais lento da bola sobre o piso sintético.

Para os autores como Cristo e Cruz:

¹¹¹ CBFS. **O esporte da bola pesada que virou uma paixão**. Disponível em: <<http://www.cbfs.com.br/2015/futsal/origem/index.html>>. Acesso em: 18 jun. 2019.

¹¹² CONFEDERAÇÃO Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais. **Futebol de 5**. Disponível em: <<http://cbdv.org.br/pagina/futebol-de-5>>. Acesso em: 13 out. 2018.

O futebol 5 para portadores de Síndrome de Down é baseado no futsal. São quatro jogadores na linha e um goleiro. As regras são adaptadas as limitações dessas pessoas para que possam praticar o desporto com emoção, e segurança.¹¹³

Já Reis e Mezzadri afirmam que:

O material encontrado nos permite entender que a modalidade segue as regras da Confederação Brasileira de Futsal, com adaptações no tempo quando se faz necessário, variando de competição para competição. Em algumas competições, inclusive, existe a separação dos atletas com síndrome de Down dos demais atletas com deficiência intelectual.¹¹⁴

Já no tocante especificamente aos Deficientes Intelectuais (DI) no Brasil, a modalidade de futsal também é muito praticada devido à sua facilidade de compreensão. As regras da modalidade esportiva têm mais facilidades de serem transmitidas pelos professores/técnicos. E como não possuem problemas com a audição e visão, isso também torna mais fácil esse aprendizado, diferentemente de como acontece com os atletas com problemas de surdez, cegueira ou Síndrome de Down.

Porém, embora essas facilidades sejam responsáveis por um maior envolvimento do DI nessa modalidade, ainda assim não é muito perceptiva a realização de competições tanto a nível nacional como internacional, que pudéssemos classificar com relativa expressividade. Outro problema que dificulta a sua prática de forma mais universalizada é o fato de ainda não existirem regras unificadas para sua prática, o que pode se manifestar como consequências na impossibilidade da realização de um maior número de competições.

A Associação Brasileira de Desportos para atletas com deficiência Intelectual (ABDEM) responsável por administrar o futsal, o atletismo e a natação, é a entidade encarregada em permitir que os atletas com deficiência intelectual sejam legitimados para competições do Comitê Paralímpico Brasileiro. Por isso, para que um atleta seja legitimado para competições, ele deve apresentar um quociente de inteligência (QI)

¹¹³ CRISTO, Leandro Sansana de; CRUZ, Gilmar de Carvalho. **Futebol 5 adaptado para portadores de Síndrome de Down**. 2011. Disponível em: <http://www.eduinclusivapesq-uerj.pro.br/images/pdf/CRUZ_E_CRISTO_Anaisperiodicos_2011.pdf>. Acesso em: 13 set. 2018. p. 6.

¹¹⁴ REIS, Rafael Estevam; MEZZADRI, Fernando Marinho. Futebol para pessoas com deficiência e suas adaptações no país do futebol. **Revista Brasileira de Futsal e Futebol**, Edição Especial: Pedagogia do Esporte, São Paulo. v. 9. n. 35. p. 361-368. Jan/Dez. 2017. Disponível em: <<http://www.rbff.com.br/index.php/rbff/article/view/509/430>>. Acesso em: 13 set. 2018.

abaixo de 75. Para comprovar isso, existem dois testes psicológicos conhecidos como: Escala de Inteligência Wechsler (Wisc) e Escala de Inteligência Wechsler para Adultos (Wais1), em que os atletas devem ter menos de 18 anos e mandar uma ficha com relatório para a ABDEM, conforme Reis & Mezzadri¹¹⁵.

De acordo com Wein¹¹⁶ para desenvolver jovens jogadores de futebol com deficiência intelectual é necessário descobrir e desenvolver suas necessidades por meio da segurança e da confiança, por intermédio de novas experiências, reconhecimento, responsabilidades, socialização, movimento, estímulos variados e compreensão. Dessa forma poderão tornar-se jovens mais sociais e competitivos, além de demonstrarem mais independência.

Para Almeida a característica do Jogo de Futebol é atividade acíclica, que alterna entre períodos e esforço intensos com outros menos elevados e cujo trabalho de equipe se revela imprescindível para a obtenção do sucesso, exigindo dos jogadores um conjunto de competências físicas, técnicas, táticas e psicológicas¹¹⁷.

Ainda para Cristo e Cruz,

[...] a importância de se trabalhar com os jogos psicomotores, é possibilitar a estas pessoas vivenciar as sensações reais de praticar algo que proporcione trabalhar suas expectativas para o aprimoramento do repertório motor e suas experiências de vida como seres humanos em um processo ensino aprendizagem.¹¹⁸

O autor ainda diz que as competências cognitivas, o desempenho das habilidades de um atleta e o sucesso das ações técnico-táticas não dependem exatamente das capacidades condicionais, mas as tornam melhores nas decisões no tempo certo.

Assim, para Almeida, a utilização dos jogos para deficientes intelectuais traz grandes mudanças na vida dos jovens jogadores, trazendo maior equilíbrio, quer físico, quer psicológico, influenciando também na autoconfiança, reforçando positivamente sua identidade própria em termos comportamentais e sociais,

¹¹⁵ REIS, 2017, p. 365

¹¹⁶ WEIN, 2001 apud ALMEIDA, Alberto Amâncio Teixeira de. **Influência de um programa de futebol na formação e socialização do cidadão com deficiência intelectual**. Relatório de estágio na APPACDM. Faculdade de Desporto. Porto, 2009. p. 44.

¹¹⁷ ALMEIDA, 2009, p. 48.

¹¹⁸ CRISTO; CRUZ, 2011, p. 6.

produzindo melhorias nas competências que os levam a uma melhor eficácia na integração social de forma direta e positiva¹¹⁹.

Pode-se então definir a inclusão por meio dos jogos de futsal como sendo um apoio às mudanças internas às pessoas com deficiência intelectual, pois ajuda a modificar o comportamento do indivíduo, resultando no domínio de três comportamentos humanos, que são: cognitivo (aprimoramento das capacidades intelectuais), afetivo (emoções, valores e atitudes) e motor (habilidades ativas práticas), já que estão recebendo um pouco mais de diferentes estímulos.

Em relação às atividades motoras, é muito importante destacar que os jogos possibilitam uma proposta voltada para um maior desenvolvimento da aptidão física, ou seja, para a aquisição de um maior número de habilidades motoras. E é importante ressaltar também que isso não está relacionada apenas numa determinada fase do desenvolvimento do ser humano, mas durante toda a sua existência.

Portanto, a finalidade do uso do futsal para pessoas com deficiência intelectual e múltipla, deve ir muito além do que fazê-los apenas atingir os objetivos da modalidade. Ela deve promover o aperfeiçoamento das suas capacidades físicas e mentais de forma global, que irão proporcionar efeitos psicológicos os quais influenciarão diretamente na sua autoestima, no seu comportamento interpessoal e social, favorecendo a sua socialização e o seu desenvolvimento integral como ser humano dentro da sociedade.

¹¹⁹ ALMEIDA, 2009, p. 121.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

O Centro de Atendimento Educacional Especializado Francimary Cavalcante Gugel – Apae de Iguatu, em conformidade com as normatizações da Apae Nacional, respaldadas pelas diretrizes Educacionais vigente, preocupada em promover uma melhor qualidade de vida às pessoas com deficiência, em especial aquelas com deficiência Intelectual e múltiplas, por intermédio dos esforços de todos os seus educadores, funcionários, e familiares dos educandos, busca atuar como entidade integradora pautada em uma prática educativa de qualidade, buscando como finalidade favorecer a inclusão social da pessoas com deficiência.

Essa Escola, que integra o sistema da APAE, busca desenvolver um trabalho onde ações são realizadas com a finalidade de promover a assistência e a inclusão social de pessoas com deficiência que vivem em um modelo de sociedade onde predomina a desigualdade e a carência de oportunidades de uma vida social comum.

Além da pesquisa bibliográfica para fundamentação teórica acerca da inclusão social, concomitantemente a este estudo foi realizada uma pesquisa de campo investigativa de caráter quantitativo, com intuito de apreender essa realidade segundo a perspectiva dos envolvidos no presente estudo, conforme citado anteriormente. Esta análise será apresentada nos dois tópicos seguintes, de forma que no primeiro apresentaremos os gráficos com os resultados da pesquisa realizada com o professor da modalidade e os responsáveis pelas pessoas com deficiência, e no segundo faremos uma análise de que forma essa modalidade contribui efetivamente para ocorrência da inclusão social do grupo estudado.

4.1 Apresentações dos gráficos na perspectiva do professor e responsáveis

Para efeito de sigilo, os alunos, todos do sexo masculino, foram denominados neste estudo como Aluno 1 (A1), Aluno 2 (A2), Aluno 3 (A3), Aluno 4 (A4), Aluno 5 (A5) e Aluno 6 (A6), Aluno 7 (A7), Aluno 8 (A8) e Aluno 9 (A9), Aluno 10 (A10).

A tabela 1 mostra a quantidade de alunos abordados para estudo por idade, que variam entre 15 a mais 41 anos:

Idade	Porcentagem
15 a 20 anos	20%
21 a 30 anos	40%
31 a 40 anos	20%
Mais de 41 anos	20%

Tabela 1: Porcentagem das quantidades de alunos abordados por idade

Fonte: o autor

Com respeito ao tipo de deficiência identificado pelos os responsáveis dos alunos atendidos pela APAE de Iguatu, 80% deles informaram que os mesmos têm Deficiência Intelectual e 20% tem Deficiência Múltipla (Deficiência Intelectual e Paralisia Cerebral). Apenas 10% estudam em Escolas Regulares e 90% não estudam.

Serão apresentadas as respostas que foram tabuladas sob forma de percentuais, a fim de representarem os resultados obtidos.

No gráfico 1 destaca a identificação do tempo de Vicência com a modalidade em questão:



Gráfico 1: Questão 1 - Professor Monitor

Fonte: o autor

O Gráfico 1 apresenta o tempo de prática de Futsal dos alunos escolhidos para o estudo. Conforme a resposta do Professor foi visto que 30% praticam futsal entre 06 meses a 01 ano, 10% entre 02 anos a 05 aos, 10% entre 05 anos a 10 aos e 50%

a mais de 10 anos. Segundo Souza a idade não é um fator importante para a iniciação do futsal para crianças com deficiência¹²⁰. Entretanto, para as atividades de orientação, mobilidade e percepção todos devem ter aprendido anteriormente o básico a fim de que apresentem segurança ao correr e saltar e noções de lateralidade.

Atenta-se também para a compreensão de como ocorre a interação dentro do esquema, apresentado no gráfico 2:

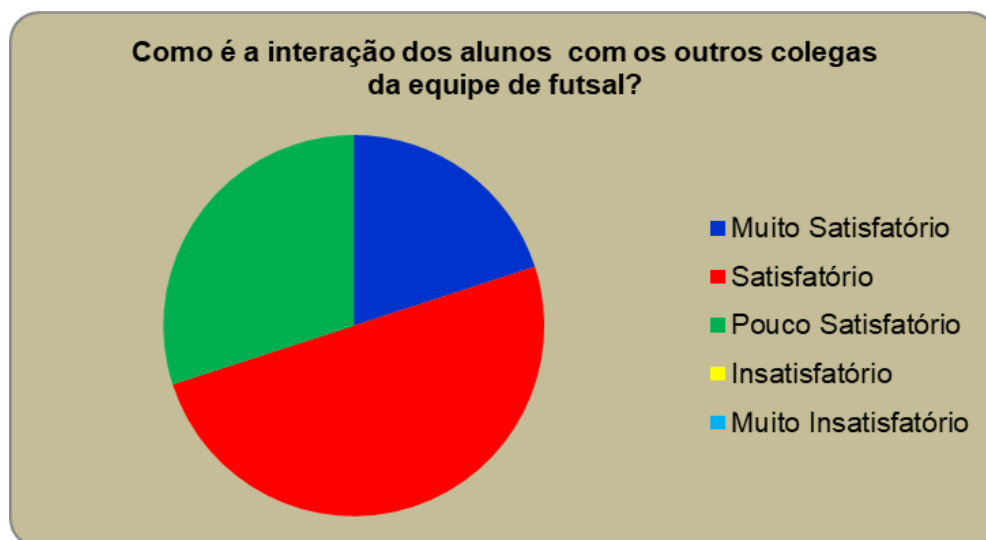


Gráfico 2: Questão 2 - Professor Monitor

Fonte: o autor

A interação dos alunos com os outros colegas da equipe de futsal está representada no Gráfico 2. Segundo o Educador 20% dos educandos mostram resultados muito satisfatórios, 50% satisfatórios e 30% pouco satisfatório. Sendo observado que não foi visto até o momento nenhum dos alunos demonstrar insatisfação com os colegas da equipe, sempre interagindo conforme o previsto e desejado, mesmo com as diversidades de limitações. Nesse sentido, para Reis, as regras do futsal para pessoas com deficiência são “de fundamental importância tanto por razões técnicas, quanto por razões motivacionais, criando um bom relacionamento e entrosamento entre os atletas e os demais membros da equipe”¹²¹.

¹²⁰ SOUZA, Ramon Pereira de. Futsal para cegos: uma proposta para a indicação. In: **Revista Benjamin Constante**, Rio de Janeiro, ano 8, n. 22, ago de 2002.

¹²¹ REIS, Lindsay Franciane da Costa melo. **Aspectos motivacionais no futsal para deficientes visuais**. Revista Científica Semana Acadêmica. Fortaleza, ano MMXII, Nº. 000008, 10/07/2013. Disponível em: <<https://semanaacademica.org.br/artigo/aspectos-motivacionais-no-futsal-para-deficientes-visuais>>. Acesso em: 04 jul. 2019.

No que concerne à temática da compreensão técnica do esporte em questão, foi identificada uma peculiaridade, como aponta o gráfico 3:

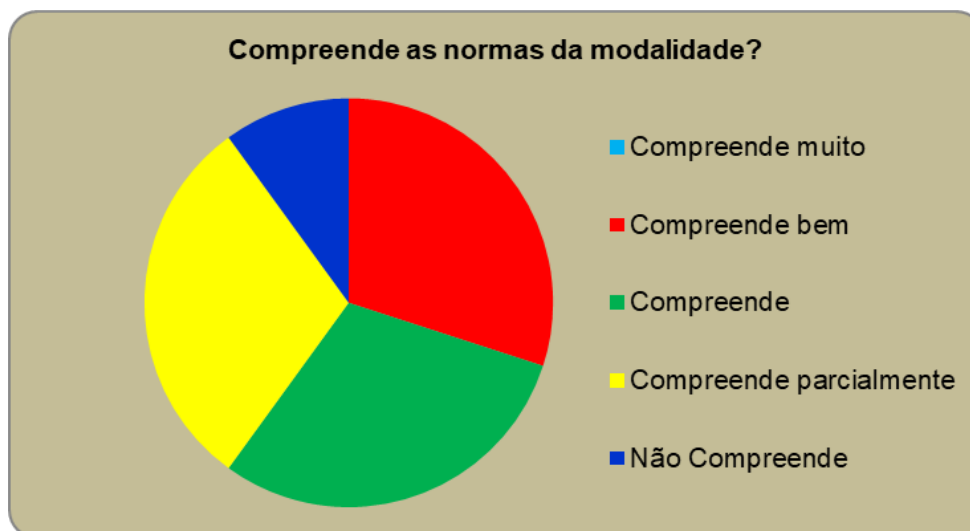


Gráfico 3: Questão 3 - Professor Monitor

Fonte: o autor

No terceiro gráfico consta a compreensão dos alunos sobre as normas da modalidade, segundo o educador. Através dos resultados foi visto que por causa das dificuldades e de suas limitações, nenhum dos alunos compreende muito, tendo 30% compreende bem, 30% compreendendo, 30% compreendendo parcialmente e 10% não compreende nada. Complementando a dimensão supracitada, buscou-se um aprofundamento quanto à vivência das normas técnicas, conforme o gráfico 4:

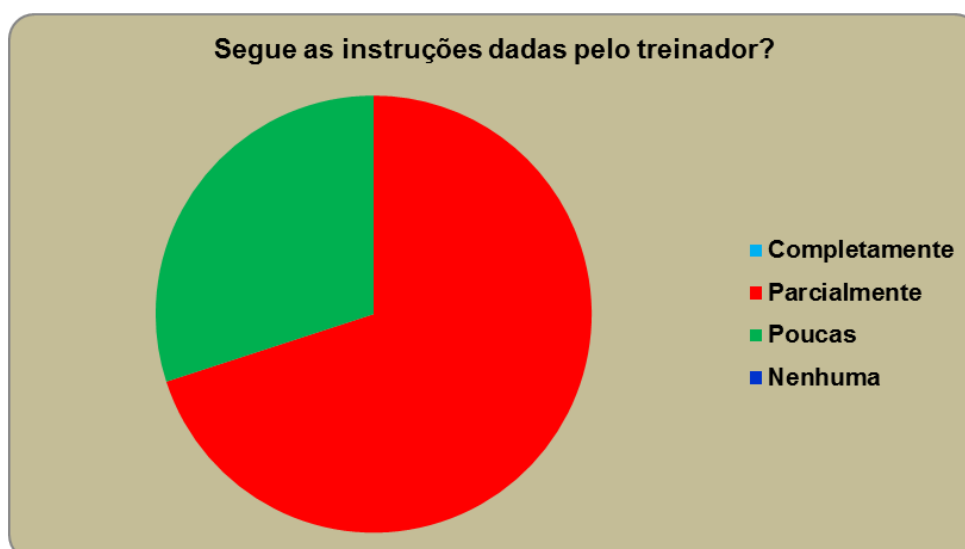


Gráfico 4: Questão 4 - Professor Monitor

Fonte: o autor

As respostas, representadas no Gráfico 4, foram de que 70% dos educandos seguem parcialmente e 30% seguem pouco. Mas se observarmos a resposta anterior, o fato de os alunos não seguirem completamente as instruções dadas pelo professor pode também ser ou não por conta deles ainda não terem compreendido plenamente todas as normas da modalidade e não ser apenas por motivo suas dificuldades e limitações.

O gráfico 5 destaca a participação dos alunos em competições municipais, estaduais ou federais:

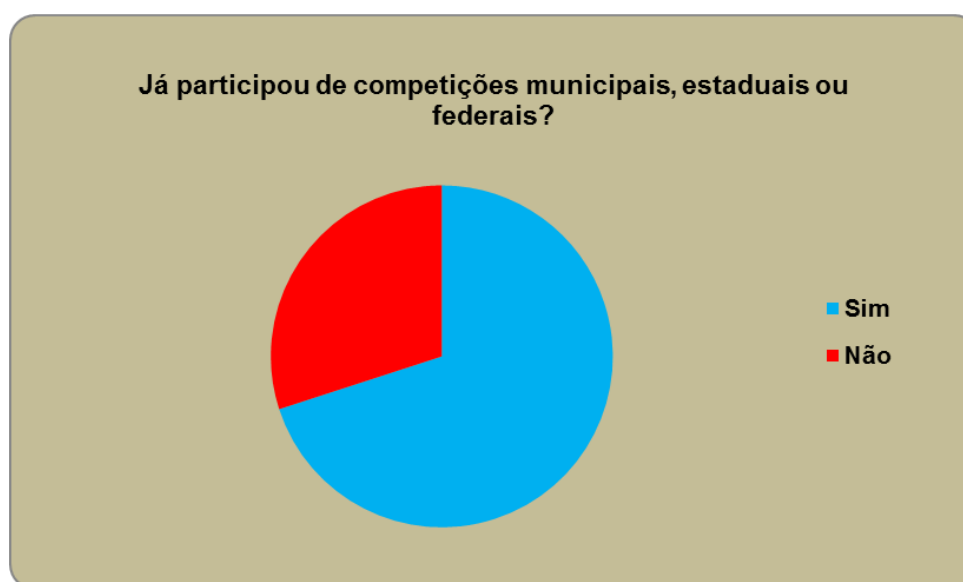


Gráfico 5: Questão 5 - Professor Monitor

Fonte: o autor

Observou-se que 70% dos alunos já participaram de algum tipo de competição de futsal, e 30% nunca participaram. Segundo Azevedo e Barros¹²², ao que parece, isto pode vir a ser efeito dos poucos investimentos nesta área, o que reflete negativamente na baixa ou quase inexistência de programas específicos para esta modalidade em questão. Outro possível fator talvez esteja associado à falta de subsídios pedagógicos para o professor do ensino especial. Dessa forma, podemos perceber que a falta de políticas públicas específicas para incentivo e ampliação do

¹²² AZEVEDO, P. H.; BARROS, J. F. O nível de participação do Estado na gestão do esporte brasileiro como fator de inclusão social de pessoas portadoras de deficiência. **Rev. Bras. Cia. e Mov.** Brasília: v. 12, n. 1, p. 77-84, 2004. Disponível em: <<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/view/546>>. Acesso em: 04 jul. 2019.

número de competições, desfavorece a possibilidade de um desenvolvimento positivo no comportamento e na socialização das pessoas com deficiência.

No gráfico 6 encontram-se dados precisos sobre o diagnóstico da participação dos educandos em jogos pertinentes a esta temática:

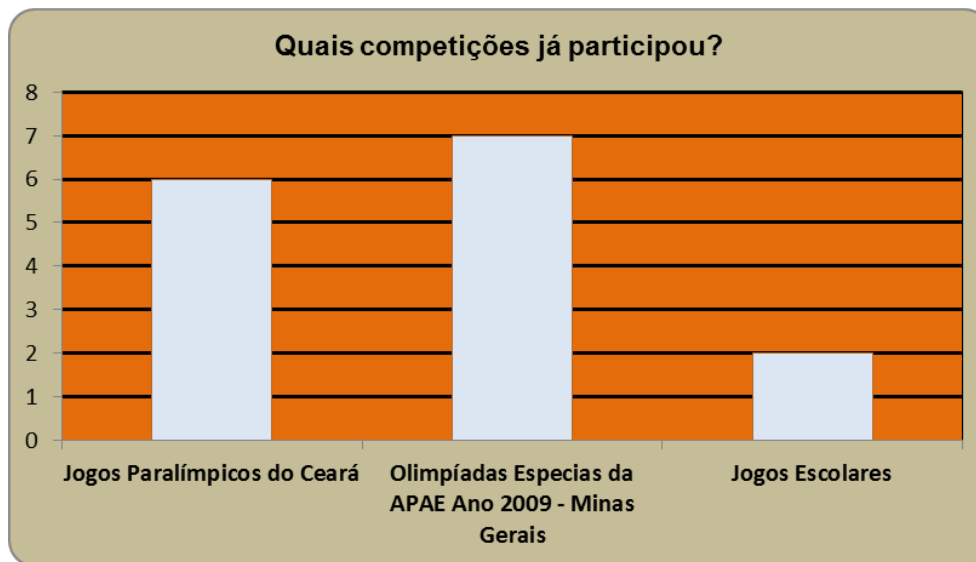


Gráfico 6: Questão 5.1 - Professor Monitor

Fonte: o autor

No sexto gráfico vemos que dos alunos que participaram desses eventos, 60% foram para os Jogos Paralímpicos do Ceará, 20% nos Jogos escolares e 70% participaram de Olimpíadas Especiais da APAE no ano de 2009 em Minas Gerais.

Pode-se notar que as dimensões avaliadas nos gráficos 5 e 6 refletem e reforçam a relevância do futsal na vida dos sujeitos em questão, e ainda apresentam um retrato contemporâneo da ascensão desta modalidade nos contextos escolar e paralímpico. Seguindo está lógica na APAE Brasil¹²³ há um índice significativo de atletas paralímpico, onde se constata a importância do estímulo e desenvolvimento de atividades desportivas desde a inserção no ambiente até sua efetivação dentro de um contexto mais técnico, e isso tornou-se possível graças a fatores como o aumento da notória participação destes sujeitos nas dinâmicas mencionadas.

¹²³ FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES (APAE BRASIL). **Revista mensagem da APAE**. 2018, ano 51 - nº 01. Disponível em: <http://apaebrazil.org.br/uploads/Revista%20mensagem%20da%20Apaes_V5_WEB-BAIXA.pdf> Acesso em: 25 jun. 2019.

O Gráfico 7 destaca a opinião do educador sobre as melhorias comportamentais dos alunos a partir da prática do futsal.

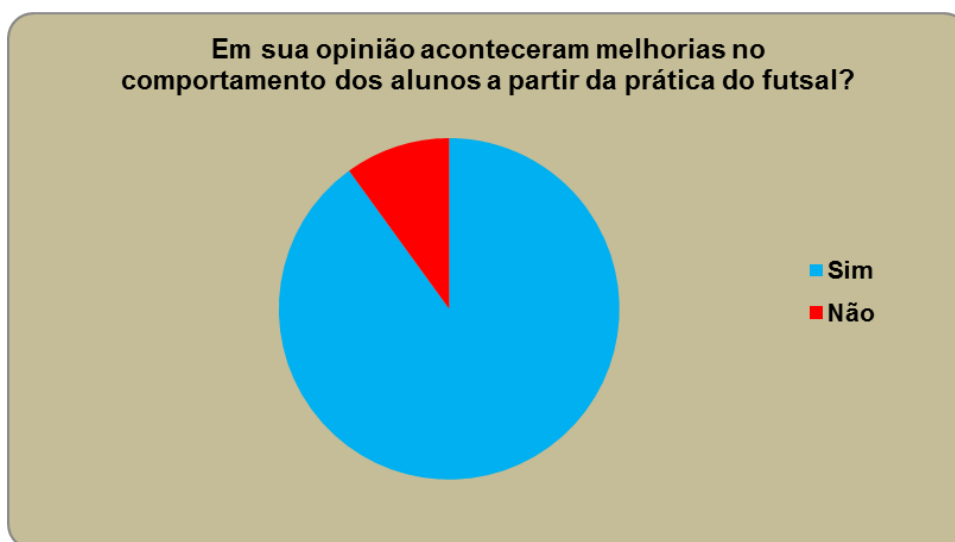


Gráfico 7: Questão 6 - Professor Monitor

Fonte: o autor

Conforme a resposta, 90% dos alunos obtiveram grandes melhorias em relação ao comportamento após as práticas do futsal em seu cotidiano.

Já os gráficos 8, 9 e 10 indagam ao educador sobre a importância do futsal para possíveis melhorias nas relações interpessoais dos educandos:

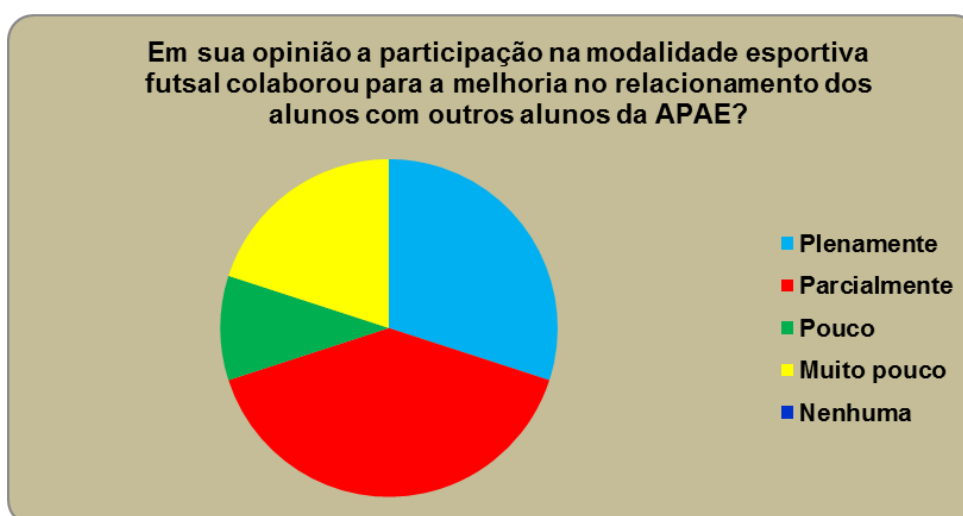


Gráfico 8: Questão 7 - Professor Monitor

Fonte: o autor

No oitavo gráfico foi indagado ao educador se a participação na modalidade esportiva futsal colaborou para a melhoria no relacionamento dos alunos com outros alunos da APAE. Em contrapartida ao segundo gráfico que diz ser 50% satisfatório a

interação dos alunos com seus colegas de equipe, agora o professor acredita que em relação a melhorias no relacionamento dos educandos com outros alunos da instituição 30% foi plenamente, 40% teve uma mudança parcial, 10% houve um pouco de mudança e 20% muito pouco foi essa mudança. Para Mantoan a utilização de novas habilidades intelectuais lhes dá uma independência que acontece através do desenvolvimento de sua eficiência cognitiva existente na construção do conhecimento acerca do contexto e obstáculos a serem superados a partir de suas capacidades intelectuais¹²⁴. No entanto, a autonomia para essas pessoas supõe a utilização de habilidades intelectuais que decorrem do desenvolvimento de sua eficiência cognitiva, fundamentada na construção de conhecimentos acerca do contexto e obstáculos a serem superados a partir de suas capacidades intelectuais.



Gráfico 9: Questão 8 - Professor Monitor

Fonte: o autor

No nono gráfico, o educador respondeu que para 30% desses alunos colaborou plenamente, 50% houve uma colaboração parcial e 20% ocorreu pouca colaboração.

¹²⁴ MANTOAN, Maria Tereza Eglér. Educação escolar de deficientes mentais: problemas para a pesquisa e o desenvolvimento. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 19 n. 46, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32621998000300009>. Acesso em: 13 jun. 2019.



Gráfico 10: Questão 9 - Professor Monitor

Fonte: o autor

No décimo gráfico, o educador respondeu que para 20% desses educandos ocorreu uma melhora plena, para 40% uma melhora parcial, para 30% foi pouca essa melhora e para 10% ainda muito pouca, podendo melhorar ainda mais. O fato dos alunos terem apresentado um bom desempenho pode ter contribuído com o processo de aprendizagem para os educandos com um menor desempenho, visto que segundo Nágera, na relação com seus pares, esses alunos se reconhecem, se confrontam e se comparam, utilizando as ações do outro como referência para determinar seu próprio comportamento¹²⁵.

Buscou-se identificar, também, o grau comparativo que analisou os fatores confiança, comportamento e participação dos alunos em questão sob a luz de seus respectivos responsáveis. Estes dados encontram-se dispostos nos gráficos 11, 12, 13, 14 e 15:

¹²⁵ NÁGERA, Alejandra Vallejo. **Os adolescentes e os pais**. Lisboa: Editora presença. 2003.

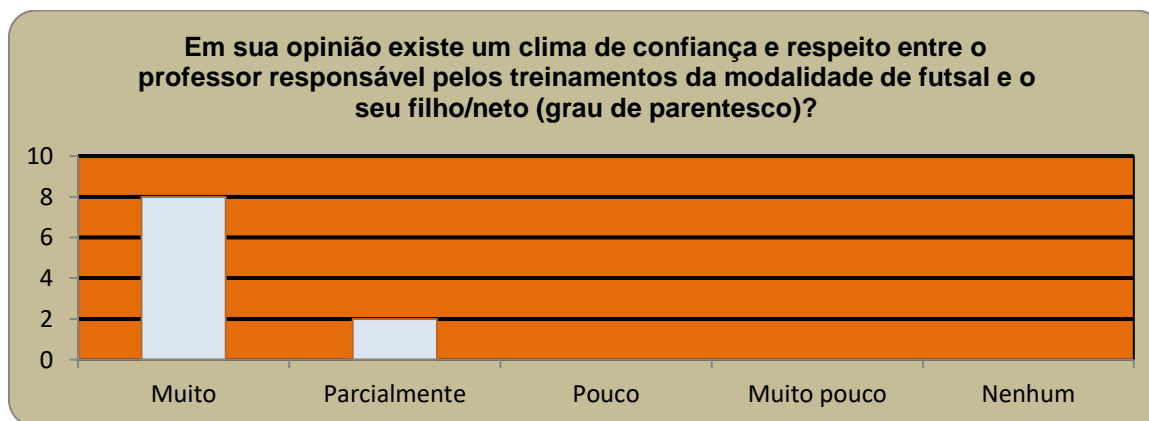


Gráfico 11: Questão 1 – Responsáveis

Fonte: o autor

O gráfico 11 apresenta os dados sobre a existência de um clima de confiança entre o professor da modalidade de futsal e os alunos participantes. Conforme as respostas dadas, 80% acreditam existir muita confiança entre seu filho/neto (grau de parentesco) e o professor responsável pelos treinamentos da modalidade de futsal, enquanto os outros 20% dizem ser parcial essa confiança.

No que concerne a respeito e confiança, segundo Diehl, o educando pode apresentar algumas diferenças ou inseguranças em relação as suas possibilidades, apatia, dependência e medo de situações em ambientes que ainda não estão familiarizados¹²⁶. Porém, respeito e confiança podem ser facilmente adquiridos a partir de uma convivência saudável, onde a afeição, elogio e cuidado estejam presente em todas as atitudes das pessoas que compõem o grupo. Também segundo Huebner “nessa perspectiva, as experiências familiares, com o professor e com o grupo social mais estendido, serão o molde para as opiniões que a criança irá formando sobre si e embasarão os valores atribuídos a si mesmo”¹²⁷.

¹²⁶ DIEHL, Rosilene Moraes. **Jogando com as diferenças: jogos para crianças e jovens com deficiência em situação de inclusão e em grupos específicos**. São Paulo: Phorte, 2006.

¹²⁷ HUEBNER, 1997 apud ASSIS, Simone Gonçalves; AVANCI, Joviana Quintes. **Labirinto de espelhos: formação da auto-estima na infância e na adolescência**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004. **Scielo Books**. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/vdywc/pdf/assis-9788575413333.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2019.

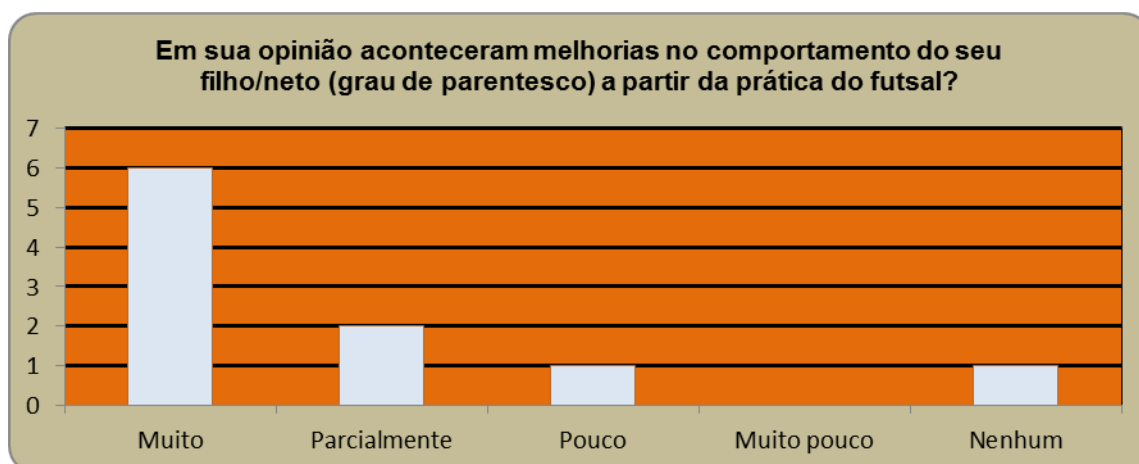


Gráfico 12: Questão 2 – Responsáveis

Fonte: o autor

O gráfico 12 diagnosticou que 60% desses responsáveis acreditam que houve muita melhoria no comportamento do seu filho/neto (grau de parentesco) a partir da prática do futsal, 20% acredita que a melhora foi parcial, 10% pouca melhora, mas 10% ainda acredita que não houve nenhuma melhora.

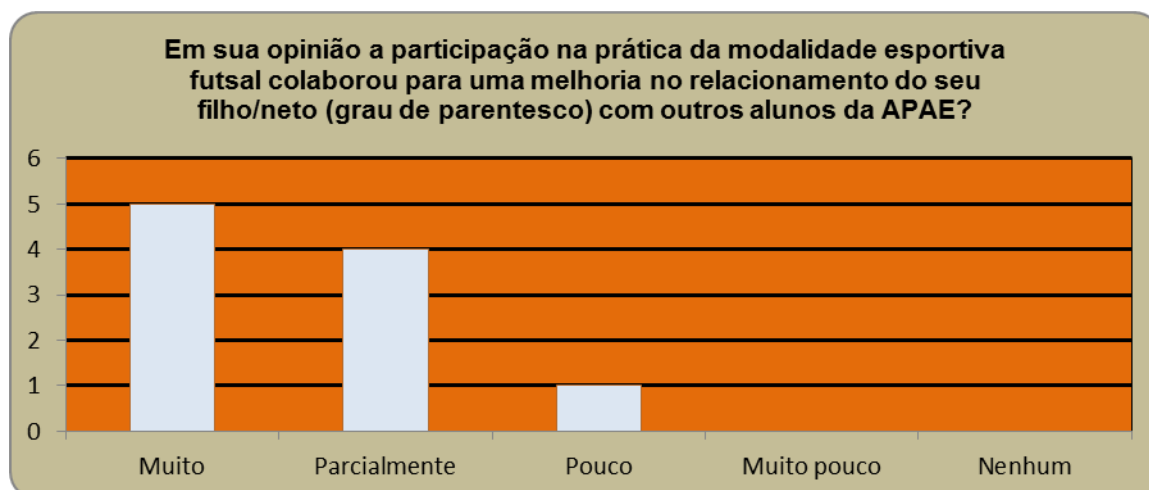


Gráfico 13: Questão 3 – Responsáveis

Fonte: o autor

No gráfico 13, as respostas apresentadas mostram que 50% desses alunos tiveram muita melhoria, 40% tiveram uma melhora parcial e 10% apresentou apenas um pouco de melhora.

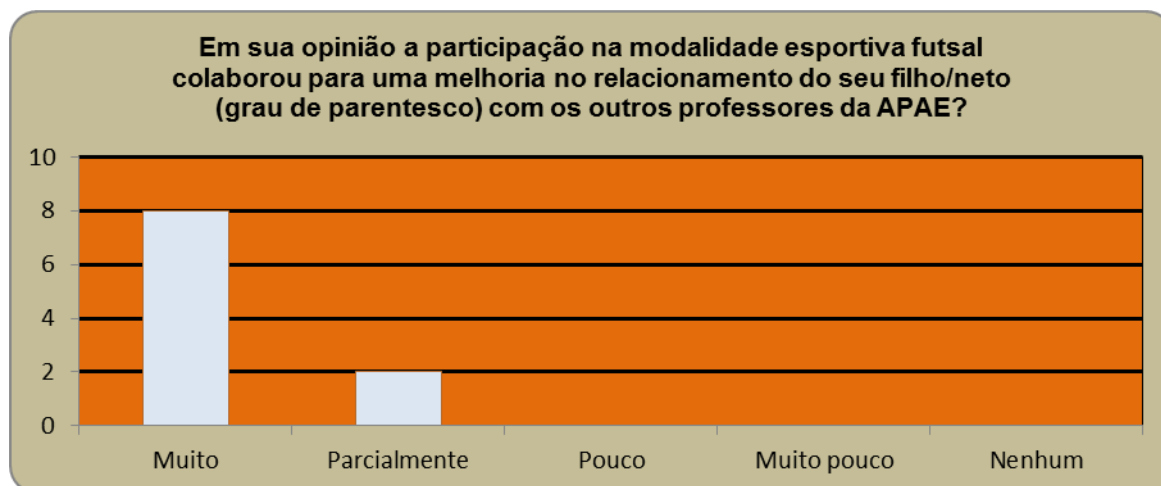


Gráfico 14: Questão 4 – Responsáveis

Fonte: o autor

No gráfico 14 os responsáveis por esses educandos responderam que 80% de seus filhos/netos (grau de parentesco) tiveram muita melhoria enquanto 20% obtiveram uma melhoria parcial.

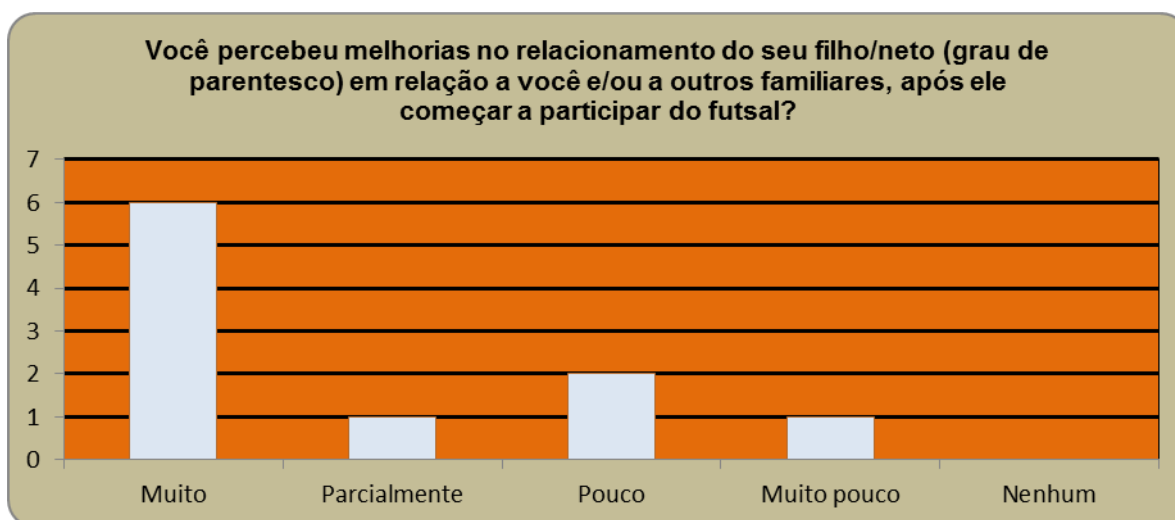


Gráfico 15: Questão 5 – Responsáveis

Fonte: o autor

Já no gráfico 15 os responsáveis responderam que para 60% houve muita melhora, 10% disseram que essa melhora foi parcial, 20% acredita que foi pouca e 10% disse ser muito pouca foi essa melhora.

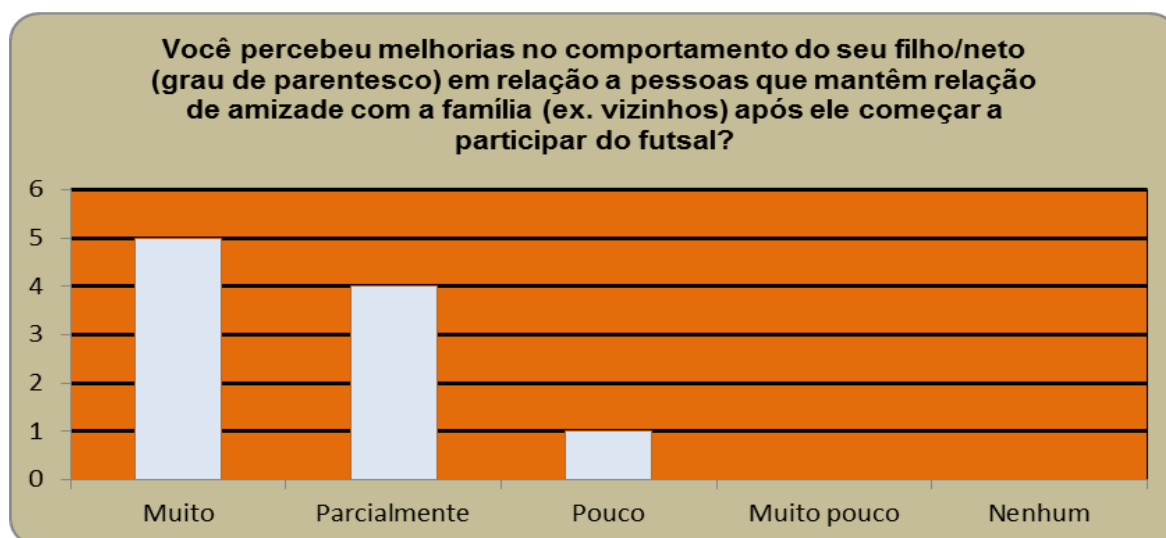


Gráfico 16: Questão 6 – Responsáveis

Fonte: o autor

No gráfico 16, conforme as respostas apresentadas foram vistas que 50% desses educandos obtiveram muita melhora, em 40% a melhora foi parcial e 10% obteve um pouco de melhora em seus relacionamentos com pessoas que mantêm relação de amizade, família (ex. vizinhos) após ele começarem a participar do futsal.

Dos gráficos 12 ao 16 foi diagnosticado o aumento das relações sociais e um alto grau de confiança conquistado por parte dos alunos. Tais aspectos também se fizeram presentes na pesquisa realizada por Silva et al.¹²⁸ Estas podem estar vinculadas a fatores motivacionais oriundos dos treinos, conversas pertinentes à rotina de treino e melhoria na autoestima dos sujeitos em questão. Essas percepções foram diagnosticadas sob o prisma dos responsáveis pelos respectivos alunos. Também de acordo com Madrid, o papel da família é de grande importância para o aluno com deficiência. A maneira como esses familiares os enxergam é fundamental para seu desenvolvimento, e por essa razão a família é considerada o maior suporte no desenvolvimento de uma pessoa digna à sociedade e a vida¹²⁹.

¹²⁸ SILVA et al. Satisfação com a vida e status social subjetivo em atletas de futsal e futebol de campo. **Rev Bras Ciênc Esporte**. v. 40, n. 4, 2018. p. 374-380. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0101328916300476>>. Acesso em: 04 jul. 2019.

¹²⁹ MADRID, Máira da Silva. **Futsal para portadores de necessidades especiais visuais**. Disponível em: <<https://www.webartigos.com/artigos/futsal-para-portadores-de-necessidades-especiais-visuais/45960>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

4.2 Análise dos Resultados

Observando as respostas dadas pelo professor da modalidade e equiparando com a dos responsáveis pelos educandos, foi possível verificar que a uma discordância em relação ao resultado referente às opiniões dadas como, por exemplo, quando se pergunta se existe um clima de confiança e respeito entre o professor responsável pelos treinamentos da modalidade de futsal e o aluno (questão 2 para o professor e questão 1 para os responsáveis). Enquanto para o educador ainda existe pontos pouco satisfatórios existentes na interação de seus educandos, para os responsáveis essa interação está sendo vista como satisfatória.

Corroborando com o achado deste estudo, Ghamoun et al.¹³⁰ reflete a promoção de valores oriundos da socialização, pertinente à prática de futsal, na qual infere-se não somente melhorias físicas e/ou fisiológicas, na autoimagem, no respeito às próprias limitações e a de seus colegas, mas também podendo ser notada, sob diferentes prismas, uma mudança de comportamento do sujeito. Neste sentido, entende-se que os critérios que foram empregados para caracterizar o grau de mudança, satisfatória ou não, sofreram disparidade entre professor e responsáveis.

Na questão 6 para o professor enquanto para os pais vem como questão 2, pergunta-se se aconteceram melhorias no comportamento do educando a partir da prática do futsal. Neste caso as respostas estão bem equilibradas, mas em discordância com os resultados em relação aos devidos alunos. Para o educador, o aluno A9 não obteve nenhuma melhoria comportamental enquanto os demais tiveram totais melhorias, mas para os responsáveis, apenas 6 desses alunos tiveram melhoria total, incluindo o aluno A9, enquanto o aluno A4 teve uma melhoria parcial, o aluno A6 obteve pouca melhoria e para o responsável do aluno A10, este não obteve melhoria alguma.

De acordo com Joaquim e Dantas, para a Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento (AAIDD, 2010), a pessoa com deficiência é vista como aquele com “limitações significativas tanto no funcionamento intelectual

¹³⁰ GHAMOUN et al. Futsal para Cegos: as contribuições do Esporte para a Integração social. **Revista Vita et sanitas**. Faculdade União Goyazes, Trindade (GO), v.10, n.1, jan-jun. 2016, p. 52. Disponível em: <<http://www.fug.edu.br/2018/revista/index.php/VitaetSanitas/article/view/66>>. Acesso em: 04 jul. 2019.

quanto no comportamento adaptativo, expresso por habilidades adaptativas conceituais, sociais e práticas, originando-se antes dos dezoito anos”¹³¹. No entanto, nas últimas décadas, o número e a diversidade dos programas de intervenções para pessoas com deficiência, como uma forma de influenciar alguns aspectos do seu desenvolvimento, têm aumentado significativamente, demonstrando um impacto positivo sobre o desenvolvimento dessas pessoas.

A questão 7 para o educador e 3 para os responsáveis indaga se a participação desses educandos na prática da modalidade esportiva futsal colaborou para uma melhoria no relacionamento com outros alunos da APAE. Nesse questionamento tanto para os pais quanto para o professor da modalidade à maioria das respostas estavam entre muito e parcialmente, aparecendo só um responsável avaliando como pouco, mas os alunos A9 e A10 foram avaliados pelo educador como muito pouco.

Em outras questões (8 para o professor e 4 para os responsáveis) foi perguntado se a participação desses alunos na modalidade esportiva futsal colaborou para uma melhoria no relacionamento com os outros professores ou gestores da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Iguatu – APAE. Para o educador mais uma vez somente os alunos A9 e A10 apareceram como pouco, enquanto os demais foi muito e parcialmente. Para os pais apenas dois alunos apareceram como parcialmente, inclusive o aluno A10.

Pode-se concluir que, embora grande parte dos alunos ainda se encontre parcialmente participativo nas dinâmicas propostas, há melhoria relevante ao que concerne às dimensões sociais afetivas em um amplo espectro. Similarmente, Silva et al.,¹³² em seu estudo realizado com atletas, de ambos os sexos, diagnosticou melhorias comportamentais, tanto no quesito individual quanto coletivo, impactando positivamente o modo de relacionar-se consigo e com os demais.

Na questão 9 para o professor e 5 para os pais, foi perguntado se tinham percebido melhorias no relacionamento dos alunos em relação aos familiares após ele começarem a participar do futsal. Apenas um responsável respondeu que foi pouca

¹³¹ JOAQUIM, 2016.

¹³² SILVA et al, 2018.

essa melhoria, mas o professor da modalidade acredita que existem 3 desses alunos que houve pouca melhoria, para 4 as melhorias foram parciais, 2 as melhorias foram muitas, enquanto para o aluno A10, o educador acredita que essa melhoria foi muito pouca.

A questão 6 e última do questionário feita para os responsáveis, pergunta se foi percebida alguma melhoria no comportamento do educando em relação a pessoas que mantêm relação de amizade com a família (ex. vizinhos) após ele começar a participar do futsal. Apenas o responsável do Aluno A1 respondeu que houve pouca melhoria em suas relações cotidianas, enquanto os demais responderam que muito ou parcialmente.

Já as questões 3 e 4 existentes no questionário do professor visa saber se esses alunos compreendem as normas da modalidade e se esses seguem as instruções dadas pelo treinador. O educador respondeu que em relação a compreensão da modalidade os alunos A1, A6 e A8 parcialmente, os alunos A3, A4 e A7 compreendem pouco, os alunos A2, A5 e A9 compreendem muito pouco, enquanto o aluno A10 não compreende nada. Nesse caso foi percebido que nenhum desses educandos consegue compreender totalmente. No caso da pergunta feita sobre as instruções dadas, o professor respondeu que apenas os alunos A5, A9 e A10 seguem muito pouco suas instruções e os demais seguem parcialmente. Mais uma vez vimos que nenhum desses alunos faz o que se é pedido em sua plenitude. Costa e Silva et al.¹³³ reportaram em seu estudo que alunos com deficiência também demonstram, em sua maioria, uma compreensão pouco significativa das normas desportivas e das orientações de seus respectivos orientadores. Devido a determinado tipo de limitação, alguns destes desenvolvem pouca habilidade quanto à lógica necessária para o desenvolvimento da dinâmica em questão.

É fato que se bem analisado pode-se perceber que para o professor da modalidade os alunos A8, A1 e A6, nessa ordem, estão melhorando a cada dia, os alunos A10 e A9, nesta ordem, estão estacionados em relação ao aprendizado junto a modalidade ensinada, já os demais aprendem de acordo com suas limitações.

¹³³ COSTA E SILVA et al. Esporte adaptado: abordagem sobre os fatores que influenciam a prática do esporte coletivo em cadeira de rodas. **Rev Bras Educ Fis Esporte**. São Paulo: 2013, v. 27, n. 4, p. 679-87. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1807-55092013005000010&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em: 04 jul. 2019.

Entretanto, isso não tem implicação, pois eles aprendem com as suas limitações e mais ainda, considerando que o foco da prática está na inclusão e outros benefícios, e não somente no aprendizado das normas e regras da modalidade.

Entretanto, para o responsável do aluno A9 pode-se notar que a uma discordância com a opinião do professor, pois este acredita que desde que o educando começou a praticar o futsal vem melhorando muito seu desempenho e seu comportamento. Já para o responsável do aluno A10 a análise é a mesma do professor da modalidade. Este acredita que não ocorreram grandes melhorias em relação ao comportamento e desempenho do educando.

A prática do futsal, além de estar relacionada com a inclusão social e socialização, também estar com a formação integral dos alunos, possibilitando principalmente melhoria na qualidade de vida, com melhorias da “saúde mental, o bem-estar e a capacidade psicológica, ao aumentar a confiança corporal, a autoestima e a função cognitiva, ao diminuir o estresse, a ansiedade e a depressão, e ao desenvolver uma ampla gama de habilidades e qualidades, como a cooperação, a comunicação, a liderança, a disciplina, o trabalho em equipe, todos os quais contribuem para o êxito durante a participação, o aprendizado e em outros aspectos da vida”¹³⁴.

Importante também ressaltar que os motivos que levaram os alunos a permanecerem por mais tempo na prática do futsal foi a interação social, as amizades surgidas, o gosto e o prazer pela prática além da relação professor / aluno. Todo esse conjunto, além de proporcionar uma maior perseverança nas atividades práticas desenvolvidas pelo professor, foi também responsável por uma consequente melhora psíquica, psicológica e social desses educandos, promovendo uma melhora na qualidade de vida dessas pessoas com deficiência.

¹³⁴ UNESCO. **Carta Internacional da Educação Física, da Atividade Física e do Esporte**. 2016 Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000235409_por>. Acesso em: 04 jul. 2019.

5 CONCLUSÃO

Este estudo investigou a contribuição da prática esportiva na modalidade de Futsal para a inclusão social das pessoas com deficiências da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, do município de Iguatu, considerando a prática da modalidade de futsal realizada pelos alunos dessa instituição e as suas participações em treinamentos e campeonatos. Esse estudo foi realizado através da análise documental dos registros escolares dos educandos e das educandas e da aplicação de questionários junto aos responsáveis dos mesmos, e o professor da modalidade de ensino.

Verificou-se que a deficiência mais frequente do educando da APAE de Iguatu é a intelectual. O tempo de prática de todos que praticam o futsal está diretamente condicionado ao seu tempo de matrícula na instituição, variando entre o tempo mínimo de 6 (seis) meses a acima de 10 (dez) anos, sendo que a maioria pratica essa modalidade esportiva há mais de 10 anos.

Conforme as informações obtidas, os educandos e as educandas da APAE de Iguatu possuem uma vida esportiva movimentada, registrando participações em Jogos Paralímpicos do Ceará, Olimpíadas Nacionais das APAEs que aconteceu em Minas Gerais no ano de 2009 e Jogos Escolares Municipais. A visão do professor é a de que os educandos e educandas têm uma boa compreensão das normas da modalidade esportiva, demonstram uma interação satisfatória entre si, seguem parcialmente as instruções dadas e melhoraram o comportamento em sala de aula.

Outro ponto positivo detectado na pesquisa foi quanto à melhoria da relação entre educandos e educandas, gestores e os professores da APAE. No entendimento do professor e dos responsáveis, a participação nesta modalidade esportiva teve uma colaboração considerável na melhoria dessas relações. Ressalta-se o posicionamento unânime dos responsáveis pelos educandos e educandas. Na opinião deles, a maior parte das pessoas com deficiência apresentaram significativa melhoria comportamental, conseguindo manter também na sua grande maioria boas relações com os seus professores, colegas, familiares e amigos de suas respectivas famílias.

Os responsáveis informaram ainda que percebem que alunos e alunas com deficiência desenvolvem uma relação de muita confiança com o professor da

modalidade de futsal. Essa relação de confiança entre os alunos e alunas com deficiência e o professor também foi percebida durante os treinamentos e em algumas competições, além do zelo e cuidado que o mesmo dispensa para com todas as pessoas envolvidas. Os desafios de convivência foram contornados, e o espírito de grupo e de pertencimento, sentimentos extremamente necessários quando se trabalha com uma equipe esportiva, foram fomentados e absorvidos por todos participantes em equidade.

Dessa forma, os resultados obtidos nos fazem concluir que a prática da modalidade de futsal para pessoas com deficiência na APAE de Iguatu, além de possível e benéfica, é uma estratégia eficaz para a sua integração, socialização e inclusão social, corroborando com a hipótese de que esta modalidade esportiva proporciona o avanço cognitivo e social das pessoas com deficiência que o praticam.

Também foi percebido que a prática do futsal contribuiu para o crescimento pessoal da grande maioria, pelo fato de terem sido desenvolvidas atitudes que favoreceram as suas formações esportivas e sociais, pois o esporte é uma maneira eficiente tanto para o desenvolvimento de atividades motoras das pessoas com deficiência, quanto para estimular a valorizar suas potencialidades, estimulando seu interesse por meio de suas próprias conquistas individuais, quanto na construção de sua interação em grupo.

Essa prática teve um efeito positivo na inclusão social das pessoas com deficiência, pois se mostrou como um processo amplo com pequenas e grandes transformações em seus ambientes físicos e mentais, fazendo com que barreiras fossem rompidas e que pudessem se sentirem cidadãos e cidadãs com capacidades e potencialidades dentro da sociedade. Ao mesmo tempo que esta pode voltar-se para uma profunda reflexão de valores e de empatia.

Além disso, um achado secundário desse estudo vem fortalecer a possível desmistificação do ideário popular de que pessoas com deficiência possam estar vinculadas à terminologia de “incapacidade”, atrelando uma nova ótica para estes sujeitos, o de serem mecanismos divinos para ensinamentos maiores. Assim, essa prática esportiva foi responsável por uma finitude na vida dessas pessoas com deficiência, pois através dos valores empregados em sua prática como respeito,

paciência, compreensão, carinho, afeição e amor, todos de alguma forma, uns mais e outros menos, foram favorecidos com o direito a dignidade humana.

Por fim, os resultados sugerem que a prática da modalidade esportiva de futsal pelas pessoas com deficiência da Apae de Iguatu foi capaz de provocar mudanças consideráveis em seus comportamentos e em suas atitudes, favorecendo as relações interpessoais e a inclusão social das pessoas com deficiência envolvidas nesse estudo.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO. **A trindade**. 2 ed. São Paulo: Paulus, 1993.

APAE BRASIL. **HISTÓRIA**: Fenapaes, Rede Apae e sua história. Disponível em <<https://apaebrasil.org.br/page/2>>. Acesso em 19 Nov. 2018.

_____. **Pesquisa**: Fenapaes Realiza Censo com as Apaes do Brasil. Disponível em: <<http://apaeac.org.br/noticia/pesquisa-fenapaes-realiza-censo-com-as-apaes-do-brasil>>. Acesso em: 29 nov. 2018.

ASSIS, Simone Gonçalves; AVANCI, Joviana Quintes. Labirinto de espelhos: formação da auto-estima na infância e na adolescência. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004. **Scielo Books**. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/vdywc/pdf/assis-9788575413333.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2019.

ASSMANN, Hugo. **Metáforas novas para reencantar a educação**: epistemologia e didática. Piracicaba: UNIMEP, 2001.

AUGUSTIN, Ingrid Renata Lopes. **Concepções de membros do conselho municipal de educação acerca da educação da pessoa com deficiência intelectual**. Programa de Pós-Graduação do Mestrado em Educação. Universidade de Caxias do Sul, 2012.

AZEVEDO, P. H.; BARROS, J. F. O nível de participação do Estado na gestão do esporte brasileiro como fator de inclusão social de pessoas portadoras de deficiência. **Rev. Bras. Cia. e Mov.** Brasília: v. 12, n. 1, p. 77-84, 2004. Disponível em: <<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/view/546>>. Acesso em: 04 jul. 2019.

BARBOSA, Honório. **A Apae de Iguatu Recebe em Comodato Terreno e Casa da Família Nogueira, no Cruiri**. Diário Centro Sul, Iguatu, 14 jun. 2014. Disponível em: <<http://blogs.diariodonordeste.com.br/centrosul/cidades/a-apae-de-iguatu-recebe-em-comodato-terreno-e-casa-da-familia-nogueira-no-cruiri/6865>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

_____. **Apae de Iguatu promove entrega de certificados de curso de formação**. Diário Centro Sul, Iguatu, 26 jun. 2013. Disponível em: <<http://blogs.diariodonordeste.com.br/centrosul/educacao/apae-de-iguatu-promove-entrega-de-certificados-de-curso-de-formacao/>>. Acesso em: 01 dez. 2018.

BÍBLIA SAGRADA. São Paulo: Ave-Maria, 2013.

BRASIL. **Educação inclusiva**: a fundamentação filosófica. Brasília: MEC/SEESP, 2004.

_____. **Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Brasília, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm>. Acesso em: 13 out. 2018.

_____. **Um novo caminho para os feridos da Segunda Guerra**. Disponível em: <<http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/megaeventos/paraolimpiadas/historia>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

CAPRA, F. **O ponto de mutação**. A ciência, a sociedade e a cultura emergente. São Paulo: Cultrix, 2006.

CBFS. **O esporte da bola pesada que virou uma paixão**. Disponível em: <<http://www.cbfs.com.br/2015/futsal/origem/index.html>>. Acesso em: 18 jun. 2019.

COMITÊ Internacional da Cruz Vermelha – CICV. **Reabilitação Física e Esporte**. Disponível em: <<https://www.icrc.org/pt/reabilitacao-fisica-e-esporte#mobilidade>>. Acesso em: 14 out. 2018.

CONFEDERAÇÃO Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais. **Futebol de 5**. Disponível em: <<http://cbdvd.org.br/pagina/futebol-de-5>>. Acesso em: 13 out. 2018.

CONFERENCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Levanta-te, vem para o meio**: campanha da fraternidade 2006 – fraternidade e pessoa com deficiência. São Paulo: Salesiana, 2005.

CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS. **Uma igreja de todos e para todos**: uma declaração teológica provisória. CMI. São Paulo: ASTE, 2005.

COSTA E SILVA et al. Esporte adaptado: abordagem sobre os fatores que influenciam a prática do esporte coletivo em cadeira de rodas. **Rev Bras Educ Fís Esporte**. São Paulo: 2013, v. 27, n. 4, p. 679-87. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1807-55092013005000010&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 04 jul. 2019.

COSTA-RENDERS, E. C. **Inclusão de pessoas com deficiência**: um desafio missionário. São Bernardo do Campo: Editeo, 2009.

CRISTO, Leandro Sansana de; CRUZ, Gilmar de Carvalho. **Futebol 5 adaptado para portadores de Síndrome de Down**. 2011. Disponível em: <http://www.eduinclusivapesq-uerj.pro.br/images/pdf/CRUZ_E_CRISTO_Anaisperiodicos_2011.pdf>. Acesso em: 13 set. 2018.

DIEHL, Rosilene Moraes. **Jogando com as diferenças: jogos para crianças e jovens com deficiência em situação de inclusão e em grupos específicos**. São Paulo: Phorte, 2006.

EDIÇÕES BMP. **Entrevista**: Iêda Couras fala sobre o trabalho à frente da Apae de Iguatu. Disponível em <<http://edicoesbpm.com.br/?p=2431>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

EXAME. **Acessibilidade é desafio para deficientes em todo o país**. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/acessibilidade-e-desafio-para-deficientes-em-todo-o-pais/>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

FEDERAÇÃO DAS APAES DO ESTADO DO PARANÁ (FEAPAES-PR). **Um Pouco da História do Movimento das Apaes**. Disponível em <<https://apaeprr.org.br/page/um-pouco-da-historia-do-movimento-das-apaes>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

FEDERAÇÃO Internacional de Educação Física – FIEP. **Manifesto Mundial da Educação Física FIEP/2000**. Disponível em: <<http://www.spef.pt/image-gallery/74144727224212-Notcias-Manifesto-Mundial-de-Educao-Fsica-FIEP-2000.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES (APAE BRASIL). **Revista mensagem da APAE**. 2018, ano 51 - nº 01. Disponível em: <http://apaebrital.org.br/uploads/Revista%20mensagem%20da%20Apaes_V5_WEB-BAIXA.pdf> Acesso em: 25 jun. 2019.

FENAPAES. **Um Pouco da História do Movimento das Apaes**. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:wPinz6ZJrYIJ:apaebrital.org.br/arquivo/18872+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

FERNANDES, Lorena Barolo; SCHLESENER, Anita; MOSQUERA, Carlos. Breve Histórico da Deficiência e seus Paradigmas. **Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Musicoterapia**, Curitiba v.2, p.132–144. Jul/2011. Disponível em <<http://periodicos.unespar.edu.br/index.php/incantare/article/view/181/186>>. Acesso em: 27 set. 2018.

FERREIRA, Maria de Fatima Matos; VICENTI, Terezinha. **O Processo de Inclusão do Aluno Deficiente no Ensino Regular Publica na Última Década no Brasil**. Disponível em: <<http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/02/Maria-de-Fatima-Matos-Ferreira.pdf>>. Acessos em: 15 jun. 2019.

FOGUEL, Israel. **Jogos Olímpicos: Do Sonho a Realidade**. São Paulo, Clube de Autores. 2016.

FUTSAL PLANET. **Futsal Word Ranking**. Disponível em: <<https://www.futsalworldranking.be/rank.htm>>. Acessos em: 18 jun. 2019.

GARCIA GUTIERREZ, Antonio Luis. **Linguística documental: aplicación a la documentación de la comunicación social**. Barcelona: Mitre, 1984.

GHAMOUN et al. Futsal para Cegos: as contribuições do Esporte para a Integração social. **Revista Vita et sanitas**. Faculdade União Goyazes, Trindade (GO), v.10, n.1, jan-jun. 2016, p. 52. Disponível em: <<http://www.fug.edu.br/2018/revista/index.php/VitaetSanitas/article/view/66>>. Acesso em: 04 jul. 2019.

GIACOBBI JR. **Esporte entre portadores de deficiência**. *Jornal SuperAção*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, março 1988.

GORGATTI, Márcia Greguol; COSTA, Roberto Fernandes da. **Atividade física Adaptada: Qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais**. 2 ed. Barueri, SP: Manole, 2008.

GUGEL, Maria Aparecida. **A Pessoa com Deficiência e sua Relação com a História da Humanidade**. 2007. Disponível em <http://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php>. Acesso em 20 jul. 2018.

INTERNATIONAL PARALYMPIC COMMITTEE (IPC). **Rio 2016: Paralympic Games**. Disponível em: <<https://www.paralympic.org/paralympic-games>>. Acesso em 27 de nov. 2019.

JOAQUIM, Érica Roberta; DANTAS, Luiz Eduardo Pinto Basto Tourinho. Ensino de futsal para pessoas com deficiência intelectual. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 22, n.1 p. 93 – 110, jan - mar, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382016000100093&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 23 jun. 2019.

MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. Portadores de deficiência e a questão da inclusão social. **São paulo em Perspectiva**, vol.14, no2, São Paulo, Apr./June 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000200008&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 25 jan. 2018.

MADRID, Maíra da Silva. **Futsal para portadores de necessidades especiais visuais**. Disponível em: <<https://www.webartigos.com/artigos/futsal-para-portadores-de-necessidades-especiais-visuais/45960>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**. O que é? Por quê? Como fazer? – Cotidiano Escolar. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

_____. Educação escolar de deficientes mentais: problemas para a pesquisa e o desenvolvimento. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 19 n. 46, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32621998000300009>. Acesso em: 13 jun. 2019.

MARQUES, R. F. R. et al. Esporte olímpico e paraolímpico: coincidências, divergências e especificidades numa perspectiva contemporânea. **Revista. Bras. Edu. Fis. Esporte**. Vol. 23, n 4, São Paulo Out./Dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1807-55092009000400006>. Acesso em: 14 out. 2018.

MARQUES, Renato Francisco Rodrigues. A contribuição dos Jogos Paralímpicos para a promoção da inclusão social: o discurso midiático como um obstáculo. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/118244/115767>>. **Revista USP**, São Paulo, n. 108. p. 87-96, janeiro/fevereiro/março 2016. Acesso em: 16 jun. 2019.

_____. **Esporte e qualidade de vida: Reflexão sociológica**. Campinas, SP, 2007. 160 p. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

MENDES, E. G. **Inclusão marco zero**: começando pelas creches. Araraquara: Junqueira e Marin, 2010.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão Escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação** v. 11, n. 33, set./dez. 2006. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/rbedu/v11n33/a02v1133.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2018.

MICHAELIS. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?id=OWQE>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. **Comitê Paralímpico Brasileiro**: Histórico. Disponível em: <<http://portal.esporte.gov.br/cen/detalhesEntidades.do?idEntidade=27>>. Acesso em: 13 out. 2018.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

NÁGERA, Alejandra Vallejo. **Os adolescentes e os pais**. Lisboa: Editora presença. 2003.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em <<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Deficiência e saúde**. Disponível em: <<https://www.who.int/en/news-room/fact-sheets/detail/disability-and-health>>. Acesso em: 21 jun. 2019.

PAN, Miriam. **O direito a diferença**: uma reflexão sobre a deficiência intelectual e a educação inclusiva. Curitiba: Ibpex, 2008.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. **Centro de Atendimento Educacional Especializado Francimary Cavalcante Gugel**: APAE Iguatu-CE. Iguatu, CE, 2015.

REDE GLOBO. **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Iguatu**. Rede Globo, Esporte, cultura e lazer. Disponível em: <<http://especial2.redeglobo.globo.com/crianca-esperanca/527/detalhes>>. Acesso em: 19 nov. 2018.

REDE NACIONAL DO ESPORTE. **História**: Um novo caminho para os feridos da Segunda Grande Guerra. Disponível em: <<http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/megaeventos/paraolimpiadas/historia>>. Acesso em: 05 Out 2018.

REIS, Lindsay Franciane da Costa melo. **Aspectos motivacionais no futsal para deficientes visuais**. Revista Científica Semana Acadêmica. Fortaleza, ano MMXII, Nº. 000008, 10/07/2013. Disponível em: <<https://semanaacademica.org.br/artigo/aspectos-motivacionais-no-futsal-para-deficientes-visuais>>. Acesso em: 04 jul. 2019.

REIS, Rafael Estevam; MEZZADRI, Fernando Marinho. Futebol para pessoas com deficiência e suas adaptações no país do futebol. **Revista Brasileira de Futsal e**

Futebol, Edição Especial: Pedagogia do Esporte, São Paulo. v. 9. n. 35. p. 361-368. Jan/Dez. 2017. Disponível em: <<http://www.rbff.com.br/index.php/rbff/article/view/509/430>>. Acesso em: 13 set. 2018.

SALABERRY, Neusa T. Machado. **A APAE EDUCADORA: Na Prática de uma Unidade da APAE de Porto Alegre**. Porto Alegre, RS, 2007. 132 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - PUCRS, Fac. de Educação, Porto Alegre, 2007.

SÃO PEDRO, Bruno Lessa Pedreira. Inclusão social da pessoa com deficiência através do acesso ao mercado de trabalho. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XVI, n. 111, abr 2013. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12741>. Acesso em: 13 fev. 2016.

SERON, Bruna Barboza; ARRUDA, Gustavo Aires de; GREGUOL, Márcia. Facilitadores e barreiras percebidas para a prática de atividade física por pessoas com deficiência motora. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 37, n. 3, pp. 214-221, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbce/v37n3/0101-3289-rbce-37-03-0214.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2019.

SILVA et al. Satisfação com a vida e status social subjetivo em atletas de futsal e futebol de campo. **Rev Bras Ciênc Esporte**. v. 40, n. 4, 2018. p. 374-380. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0101328916300476>>. Acesso em: 04 jul. 2019.

SILVA, Marcelo Vilhena; GRECO, Pablo Juan. A influência dos métodos de ensino-aprendizagem-treinamento no desenvolvimento da inteligência e criatividade tática em atletas de futsal. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte (Impr.)**, vol.22 n3, São Paulo jul./set. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1807-55092009000300010&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 19 jun. 2019.

SILVA, Otto Marques da. **A Epopeia Ignorada: A Pessoa Deficiente na História do Mundo de Ontem e de Hoje**. São Paulo: CEDAS, 1986.

SOBAMA. **Revista da Sociedade Brasileira de Atividade Motora Adaptada**, São Carlos – SP. v. 7. n 1. Dez, 2002. Disponível em: <<http://www.sobama.org.br/arquivos/revistas/sobama/sobama-2002-7-1.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2018.

SOUSA, Josefa Ataíde Gomes de. **A Contribuição do Centro de Equoterapia Galopes da Inclusão do Instituto Federal do Ceará - Campus Iguatu Numa Perspectiva de Inclusão Social**. São Leopoldo, RS, 2016. 107 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade EST. Programa de Pós-Graduação. Mestrado em Teologia. São Leopoldo: EST/PPG, 2016.

SOUZA, Ramon Pereira de. Futsal para cegos: uma proposta para a indicação. In: **Revista Benjamin Constante**, Rio de Janeiro, ano 8, n. 22, ago de 2002.

THOMAS, Jerry R.; NELSON, Jack K.; SILVERMAN, Stephen J. **Métodos de pesquisa em educação física**. 6 ed. Porto Alegre, Artmed, 2012.

UNESCO. **Carta Internacional da Educação Física, da Atividade Física e do Esporte**. 2016 Disponível em:

<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000235409_por>. Acesso em: 04 jul. 2019.

WEIN, 2001 apud ALMEIDA, Alberto Amâncio Teixeira de. **Influência de um programa de futebol na formação e socialização do cidadão com deficiência intelectual**. Relatório de estágio na APPACDM. Faculdade de Desporto. Porto, 2009.

WINNICK. J.P. **Educação Física e Esportes Adaptados**. 3 ed. Barueri SP: Manole, 2004.